



Universidade Federal de Santa Catarina



Prefeitura Municipal de Ouro - SC

Análise Socioeconômica e Ambiental de Ouro – SC: um estudo a partir da disciplina Vivência em Agricultura Familiar



Série
RETRATOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR

07

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Ciências Agrárias
Cursos de Agronomia e de Zootecnia - Campus de Florianópolis
Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas
Núcleo de Desenvolvimento Rural Sustentável

Prefeitura Municipal de Ouro

**Análise Socioeconômica e Ambiental de Ouro - SC: um estudo a partir
da disciplina vivência em Agricultura Familiar**

Coordenação

Valmir Luiz Stropasolas (NDRS/ZDR/PGA/UFSC)
Marina Carrieri de Souza (NDRS/ZDR/PGA/UFSC)
Karine Nunes (Agronomia/NDRS/UFSC)

Autores

Ademir Antônio Cazella (ZDR/PGA/UFSC)
Anderson Luiz Romão (PGA/UFSC)
Daniela Aparecida Pacífico (NDRS/ZDR/PGA/UFSC)
Karine Nunes (Agronomia/NDRS/UFSC)
Fábio Luiz Búrigo (ZDR/PGA/UFSC)
Letícia Marcon Tavares (Agronomia/NDRS/UFSC)
Marina Carrieri de Souza (NDRS/ZDR/PGA/UFSC)
Marlene Grade (ZDR/UFSC)
Oscar José Rover (NDRS/ZDR/PGA/UFSC)
Valmir Luiz Stropasolas (ZDR/PGA/UFSC)

Levantamento de dados a campo

Estudantes de Agronomia e Zootecnia da Disciplina Vivência em
Agricultura Familiar do CCA/UFSC - Semestre 2016/2

**Série
RETRATOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR**

07

CCA/UFSC
Florianópolis, 2018

Catalogação na fonte pela Biblioteca Universitária
da
Universidade Federal de Santa Catarina

U58a Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Agrárias.
Análise Socioeconômica e Ambiental de Ouro - SC [recurso eletrônico] : um estudo a partir da disciplina Vivência em Agricultura Familiar / Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias ; Coordenação, Valmir Luiz Stropasolas, Marina Carrieri de Souza, Karine Nunes ; autores, Ademir Antonio Cazella...[et al.]. - Dados eletrônicos. - Florianópolis : CCA/UFSC, 2018.
75 p. : il., tabs, mapas.- (Série Retratos da Agricultura Familiar ; 7)
Inclui bibliografia.
E-book (PDF)
ISBN 978-65-80460-06-9
1. Agricultura Familiar - Ouro (SC). 2. Levantamento socioeconômico - Ouro (SC). 3. Agronomia. 4. Zootecnia. I. Stropasolas, Valmir Luiz. II. Souza, Marina Carrieri de. III. Nunes, Karine. IV. Cazella, Ademir Antonio. V. Título. VI. Série.

CDU: 331.101.264.22(816.414.18)

ISBN E-BOOK: 978-65-80460-06-9

ISBN PAPEL: 978-65-80460-07-6

Apoio técnico: José Paulo Speck Pereira e equipe da Biblioteca Universitária da UFSC

Diagramação dos gráficos: Karine Nunes

Impressão e acabamento: Imprensa Universitária da UFSC

Revisão gramatical: Juarez Segalin

Foto da capa: Prefeitura Municipal de Ouro/SC

Foto da contracapa: Thaverton Cesar Londero

Como referenciar este documento:

STROPASOLAS, V. L.; SOUZA, M. C. de; NUNES, K. (Coord.) Análise socioeconômica e ambiental de Ouro (SC): um estudo a partir da disciplina Vivência em Agricultura Familiar. Florianópolis: UFSC, 2018. (Retratos da agricultura familiar, 7).

Agradecimentos

Agradecemos às famílias de agricultores do município de Ouro que gentilmente acolheram os estudantes dos cursos de Agronomia e Zootecnia da Universidade Federal de Santa Catarina em suas casas, de 11 a 31 de agosto de 2016. Nesse período, tais famílias compartilharam seu cotidiano com eles e dispuseram-se a responder ao questionário socioeconômico e ambiental que deu origem a este documento.

Agradecemos à administração municipal pelo envolvimento na organização das atividades relacionadas à etapa de campo da disciplina Vivência em Agricultura Familiar, bem como à Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) pelo apoio recebido.

Agradecemos, também, aos estudantes que realizaram a Vivência, pela disposição ao trabalho e pela aplicação dos referidos questionários.

Sumário

RESUMO EXECUTIVO	9
1 INTRODUÇÃO	14
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	17
3 SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS	23
3.1 Perfil Social das Famílias	23
3.2 Principais Características dos Estabelecimentos Agrícolas	29
3.3 Relações de Trabalho e Inserção Sociopolítica	40
3.4 Produção Agropecuária, Autoabastecimento e Comercialização	44
3.5 Grau de Conhecimento e Acesso a Políticas Públicas	52
3.6 Relações Socioprofissionais, Ambientais e Perspectivas Futuras	56
REFERÊNCIAS	67
APÊNDICE 1	68
APÊNDICE 2	70

Resumo Executivo

Este resumo executivo tem como objetivo demonstrar os pontos principais identificados pela nova edição de Retratos da Agricultura Familiar – referente ao município de Ouro. O estudo toma como base os dados levantados em agosto de 2016, por estudantes de graduação dos cursos de Agronomia e Zootecnia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em estabelecimentos agrícolas familiares do município. As famílias que vivem nesses estabelecimentos acolheram os estudantes da UFSC durante 20 dias em função da disciplina Vivência em Agricultura Familiar (VAF). Os dados foram obtidos pela aplicação de questionários e referem-se ao perfil socioeconômico da família agricultora que vive no estabelecimento. Esse questionário investiga em especial as características da produção agropecuária desenvolvida na unidade produtiva, as relações de trabalho estabelecidas pelos agricultores, os tipos de inserção sociopolítica da família, os hábitos de consumo, as estratégias de comercialização e de transformação dos produtos, as formas de acesso ao conhecimento e às políticas públicas; por fim, coleta opiniões sobre a qualidade das relações profissionais sobre a situação do meio ambiente e as perspectivas de vida no meio rural.

Este resumo tem o propósito sintetizar os aspectos mais relevantes da pesquisa identificados pelos autores. É indicado a quem deseja ter informações condensadas a respeito dos dados levantados e das análises efetuadas no estudo. A pesquisa completa - com todas as perguntas e a tabulação das respostas, e uma interpretação de todos os dados coletados - é apresentada na sequência do documento, logo a seguir.

Em primeiro lugar, percebe-se que o nível de escolarização da maioria dos agricultores entrevistados em Ouro é baixo, visto que 56% dos respondentes (chefes dos estabelecimentos) têm o ensino fundamental incompleto. Um segundo ponto a ser destacado é que mais de 70% dos chefes de estabelecimentos (homens e mulheres) se encontram na faixa etária entre 30 e 55 anos, e 25% têm mais do que 55 anos, o que demonstra uma associação entre dois fatores: condução da gestão dos estabelecimentos por agricultores com idade média ou elevada, e pouca escolaridade. Esta situação guarda correlação direta com a redução drástica no número de filhos por família e a maior longevidade das pessoas adultas. Estes fenômenos demográficos são cada vez mais recorrentes no país, sendo mais destacados em algumas regiões pela migração seletiva de jovens rurais, resultando em problemas de sucessão, celibato no campo e envelhecimento das pessoas que permanecem no meio rural.

Esta situação afeta a disponibilidade de mão de obra familiar e local, assim como gera problemas para a sucessão geracional. A tendência à presença de pessoas com idade mais avançada no controle dos estabelecimentos, aliada à indefinição no processo sucessório comumente verificado em muitas famílias, pode acarretar um certo desestímulo para investimentos produtivos nesses estabelecimentos. Este fato compromete a reprodução socioeconômica de parcela expressiva de famílias de agricultores e sinaliza um importante ponto de atenção junto aos formuladores de políticas públicas, pois as pessoas que não se encontram mais na plenitude de suas forças físicas precisam encontrar alternativas viáveis para a reprodução socioeconômica do estabelecimento rural.

A necessidade de contratação de mão de obra está muito presente nas unidades agrícolas que participaram da VAF. Contudo, observa-se também no meio rural a disponibilidade de mão de obra fixa ou sazonal é cada vez menor (mais de 80% dos respondentes atestaram essa situação). A dificuldade vem sendo parcialmente compensada pela troca de dias de trabalho entre membros das famílias (estratégia presente em quase 90% dos entrevistados) ou por meio do uso cooperado de maquinários agrícolas. Esta situação justifica a importância de se reforçar políticas públicas que favoreçam a permanência dos agricultores (jovens e adultos) no meio rural. Ampliar alternativas de acesso a maquinários, adquiridos de forma individual ou coletiva, que aliviem a carga de trabalho físico dos/as agricultores/as, também terá importante papel no conjunto das possíveis soluções para superar esse quadro.

Entre as famílias entrevistadas, a pluriatividade, ou o exercício de outra atividade remunerada além da agricultura, envolve apenas 10% dos chefes de estabelecimentos. Este número sobe para 31% quando se indaga se outro membro familiar exerce alguma atividade extra. Isto significa que os proventos de uma parcela significativa das famílias entrevistadas não têm origem apenas nas atividades agrícolas, já que a diversificação das fontes de renda vindas de fora do estabelecimento é uma estratégia recorrente entre elas. Por outro lado, os dados indicam também que na maioria dos casos a agropecuária é ainda a principal atividade exercida dentro do estabelecimento rural. Outra informação que evidencia que a agricultura não está perdendo importância no seio das famílias do município é a de que nenhum dos entrevistados mencionou querer diminuir sua área produtiva. Enquanto 42% dos agricultores indicaram ter a intenção de aumentar a área, a maioria (58%) se declara satisfeita com o tamanho atual do estabelecimento. Tais números revelam-se coerentes com a estratégia de arrendar terras de terceiros, apontadas em 29% dos casos. Aliás, essa questão merece estudos mais aprofundados, pois as análises preliminares indicam que o fenômeno do arrendamento por parte dos agricultores familiares consolidados está atrelado a situações vivenciadas por pessoas que, por razões diversas, estão cessando ou já encerraram suas atividades, mas preservam o patrimônio familiar. Em geral, fazem isso alugando suas terras a agricultores próximos, que

continuam ativos e desejam ampliar suas atividades agropecuárias. Entender essa tendência e empregá-la em favor do desenvolvimento rural por meio de criação de políticas públicas associadas ao arrendamento representa um importante mecanismo de governança fundiária e de apoio ao desenvolvimento rural. Infelizmente, essa estratégia ainda é muito pouco conhecida no Brasil, mas representa a principal forma de ordenar o acesso à terra em diversos países, sobretudo da Europa ocidental.

O tema da sucessão no empreendimento familiar não é indicado como um problema para 67% dos casos; para 23%, porém, o assunto ainda não está definido e 10% dos estabelecimentos não têm sucessor. Os dados corroboram diversos estudos qualitativos sobre sucessão que indicam que esta decisão; por se tratar de uma problemática complexa, é comumente protelada no âmbito da família. Em geral, os pais desejam que ao menos um de seus descendentes permaneça no estabelecimento como sucessor, embora admitam que muitas vezes a agricultura e o meio rural não oferecem para os seus filhos as oportunidades e as condições, em termos de qualidade de vida, que eles imaginam ser apropriada. Por isso, muitos acabam incentivando os jovens a procurar por alternativas fora do espaço rural, seja por meio do trabalho, seja do estudo. Com a indicação de elevada satisfação com a vida no meio rural, aliada à percepção de parte de ampla maioria de que as condições de vida ali melhoraram, é possível que esse imaginário dos pais e jovens possa vir a ser aos poucos alterado, o que permite que se desenhe uma estratégia mais concreta e capaz de despertar nos jovens o desejo de continuar a trajetória dos pais. Além disso, importa ressaltar que um número considerável de jovens migrantes vem manifestando interesse em voltar para o campo, desde que devidamente apoiados pela família e por políticas públicas. Isto pode ser explicado, dentre outros fatores, pelo contexto de diminuição de emprego e de oportunidades de inserção socioeconômica e profissional nos espaços urbanos. Reforça esta hipótese uma valorização mais geral do mundo rural e da profissão de agricultor(a), ou seja, a perspectiva de uma nova ruralidade e de sua importância para as populações urbanas. Pode haver situações em que jovens gostariam de implantar novos empreendimentos, mas que dependem do apoio de assessorias externas, caso do agroturismo, de algum tipo de industrialização ou de sistemas produtivos agroecológicos. São demandas que deveriam ser detectadas e encaminhadas por meio de programas de valorização dos jovens do campo, construídos com apoio do poder público. Já em relação aos casos em que a unidade familiar não tem sucessor(a), seu destino ainda é um campo pouco explorado de intervenção do poder público. O ideal seria que esses estabelecimentos permanecessem na esfera da agricultura familiar e que o programa de crédito fundiário fosse mobilizado com o propósito de os fortalecer.

Cabe salientar que existem diversas experiências positivas em Santa Catarina no que se refere ao processo sucessório na agricultura familiar, possivelmente também encontradas em famílias rurais

do próprio município de Ouro, que poderiam ser utilizadas como referências a serem mobilizadas em eventos de sensibilização e capacitação vinculados a esta temática.

No que se refere à economia agrícola do município, esta apresenta uma forte relação com a produção animal e de cereais, uma vez que os dados indicam que as vendas para a indústria e as cooperativas figuram como as principais estratégias de comercialização. Mesmo assim, a produção para autoabastecimento continua sendo uma prática relevante para a maioria das famílias de agricultores. Além disso, as estratégias de comercialização por meio de circuitos curtos são importantes no município, apesar de sua pequena população, de maioria composta por produtores de alimentos. É importante mencionar que tais estratégias configuram formas de resistência e busca de autonomia pelos agricultores familiares. Isto se deve, em grande parte, ao fato de combinarem sua participação em cadeias produtivas longas, que, cada vez mais, distanciam quem produz de quem consome, com formas de abastecimento locais, mesmo que inseridas em processos sociopolíticos mais amplos de conquista de soberania alimentar. Se, de um lado, esse tipo de comercialização favorece os consumidores - por lhes possibilitar proximidade com o produtor, conhecimento da origem e qualidade dos alimentos que compram, de outro, incentiva os agricultores na diversificação de sua produção e na busca de agregação de valor a seus produtos.

A manutenção dessas estratégias de reprodução socioeconômica desenvolvidas pelos estabelecimentos também conta com o acesso a políticas de crédito rural. Nesse quesito, o Pronaf se destaca como a política pública mais conhecida e acessada entre os respondentes.

Suportes de assistência técnica não são menos importantes no contexto do município, sendo indicados os proporcionados pela Epagri, pelas agroindústrias e as cooperativas como principais agências. Isto evidencia a importância atribuída pelos entrevistados aos serviços públicos de extensão rural e crédito, aplicados no desenvolvimento rural, bem como no suporte às indústrias de integração.

Cabe destacar que a ausência de instrumentos técnicos contábeis, como a administração rural e financeira, tanto em sociedades modernas quanto na catarinense que privilegiam cada vez mais as competências técnicas orientadas para o mercado, representa uma sinalização de certa fragilidade no processo de empoderamento dos agricultores familiares de Ouro. Neste sentido, os formuladores de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural devem aprofundar seus esforços, por meio da ampliação de programas de formação técnica e continuada, que assegurem maior controle e conhecimento pelos agricultores dos custos de produção e dos níveis de renda, sobretudo das principais atividades da região, casos do leite, da produção de cereais e das criações vinculadas aos sistemas de integração com as grandes agroindústrias (suínos e aves).

Concernente às questões ambientais, a maioria dos entrevistados as considera um tema importante e compreendem que a agricultura não se reduz a mera produção agropecuária. O entendimento predominante é o de que a agricultura não pode ser interpretada apenas como um setor da economia, já que suas famílias cumprem outros papéis relevantes no desenvolvimento e na sustentabilidade das regiões rurais. Neste sentido, o caráter multifuncional da agricultura, setor da economia que não se limita à produção de alimentos e fibras, apresenta-se como um tema atual que merece ser incorporado à formulação e à gestão de políticas públicas. Dessa forma, encontrar mecanismos para compensar os agricultores familiares pelos serviços ambientais e sociais prestados à sociedade, não remunerados pelos mercados, emerge como mais um desafio para os agentes públicos. Como os agricultores demonstraram ter consciência de que sua ação pode provocar danos ou promover melhorias ambientais, ações públicas neste sentido teriam o papel de valorizar sua atuação na promoção de um desenvolvimento rural sustentável, consolidando a agricultura familiar como um espaço de vida e de manutenção da biodiversidade.

Por fim, é importante revelar outro aspecto positivo identificado durante a VAF: o elevado grau de participação social no município e a dinâmica da vida local nas próprias comunidades. O que se percebeu é a geração de um círculo virtuoso em termos de desenvolvimento rural, demonstrado pela gestão participativa de diversas políticas públicas e pelo otimismo dos agricultores com o futuro e as melhorias em sua qualidade de vida, elementos já apontados. No seu conjunto, estes aspectos revelam que na região o rural não é considerado lugar do atraso, mas um espaço de vida importante para a geração de um estilo de desenvolvimento mais inclusivo e respeitoso para com o ambiente.

1 Introdução

Esta publicação é resultado de um estudo realizado com agricultores familiares do município de Ouro, situado às margens do Rio do Peixe, região oeste de Santa Catarina, pertencente à Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense (Ammoc), a partir da disciplina Vivência em Agricultura Familiar (VAF), dos cursos de Agronomia e Zootecnia do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina (CCA/UFSC), *Campus* Florianópolis. Ao todo, 51 estudantes da UFSC realizaram um levantamento socioeconômico e ambiental com os agricultores familiares, que os receberam durante a etapa de campo da disciplina, dos dias 11 a 31 de agosto de 2016.

A VAF é realizada semestralmente em diferentes municípios de Santa Catarina e envolve famílias de agricultores, selecionadas para receber estudantes de graduação durante 20 dias em suas residências e em suas unidades produtivas. Nesse período, o estudante se integra ao seio familiar em um processo denominado *vivência*. A família oferece alojamento, alimentação e a oportunidade de o estudante participar das atividades produtivas e organizativas do estabelecimento agropecuário. O principal objetivo desta disciplina é que o estudante se integre às dinâmicas da família rural e da unidade produtiva, vivenciando aspectos socioculturais, organizativos, econômicos, técnico-produtivos, dentre outros, consolidando um processo de aprendizagem.

Durante os 20 dias de vivência, cada um deles aplicou um questionário socioeconômico e ambiental junto à família que o acolheu. Embora o número de agricultores entrevistados e os estabelecimentos familiares visitados representem uma amostra significativa da agricultura familiar

do município, não é possível fazer generalizações dos resultados para o conjunto do município, em função das especificidades da amostra escolhida e dos critérios preestabelecidos na seleção das famílias. Tais critérios levaram em conta as especificidades da unidade produtiva frente ao caráter da vivência e ao interesse da família no acolhimento de um estudante universitário, às condições materiais, à localização do estabelecimento e à estrutura social da família. Essas particularidades fazem com que a amostra dos resultados aqui apresentados não reflita a diversidade social da agricultura familiar do município. Apesar disso, os professores e estudantes envolvidos na VAF disponibilizam publicamente este material por entenderem que as informações e a discussão dos seus resultados podem ser úteis a lideranças, organizações sociais e agentes do poder público municipal. Os dados e as análises que constituem esta publicação têm o intuito de colaborar na formulação de novas estratégias de apoio à agricultura familiar e de outras iniciativas que venham a fortalecer o desenvolvimento socioeconômico de Ouro, e região.

Os questionários foram preenchidos, principalmente, a partir de informações fornecidas pelo/a chefe do estabelecimento, conforme a definição de cada família. Entretanto, é válido enfatizar que os demais membros do grupo familiar também participaram do processo. Os estudantes não realizaram uma entrevista pontual, executada em algumas poucas horas, mas agregaram informações ao longo das três semanas de sua vivência com toda a família. Todas as anotações no questionário-base, que deram origem a esta publicação, foram obtidas com a autorização prévia das famílias, de acordo com critérios éticos estabelecidos pela UFSC em pesquisas semelhantes, em especial no que concerne ao anonimato dos entrevistados e das informações coletadas. Em função de seu teor declaratório, as informações mais complexas, a exemplo dos dados financeiros, devem ser tomadas com cautela. Merece também cautela o fato os dados primários terem sido coletados por estudantes que, em sua maioria, não possuem experiência em pesquisa, pois estão em fase intermediária da formação acadêmica, apesar de haverem recebido um treinamento prévio e de todos os questionários preenchidos terem sido revisados pelos coordenadores da pesquisa antes da sua sistematização.

A tabulação dos dados extraídos dos 51 questionários foi obtida por meio do software *Sphinx*. A sistematização, o processamento dos dados e a elaboração deste estudo foram realizados por integrantes da equipe do Núcleo de Desenvolvimento Rural Sustentável (NDRS), composto pelo Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território (Lemate), pelo Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar (Lacaf) e pelo Laboratório da Agricultura Familiar (LAF). Os professores do NDRS pertencem ao Departamento de Zootecnia e Desenvolvimento Rural e ao Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas (PGA/UFSC). A redação final da análise contou também com contribuições de outros professores que participam da disciplina VAF e de estudantes do PGA/UFSC.

**RETRATOS DA AGRICULTURA FAMILIAR:
Análise Socioeconômica e Ambiental de Ouro (SC): Um Estudo a Partir
da Disciplina Vivência em Agricultura Familiar**

2 Contextualização do município

Situado na microrregião geográfica de Joaçaba, o município catarinense de Ouro foi desmembrado de Capinzal em 1963. Conta com uma área total de 213,575 km² e uma população estimada, em 2017, de 7.363 pessoas¹. A densidade demográfica (DD), de 34,5 hab./Km², está bem abaixo da DD do estado de Santa Catarina de 73,1 hab./km².



Figura 1: : Localização de Ouro - SC

Fonte: Wikipédia (2016).

O produto interno bruto (PIB) do município saltou de R\$ 65.848.000,00 para R\$ 125.188.000,00 entre 2004 e 2014. Este crescimento de 90% é baixo se comparado aos 195% do Brasil e aos 229% de Santa Catarina, no mesmo período.

Em 2016, o índice de desenvolvimento municipal sustentável (IDMS) de Ouro alcançou a marca de 0,670, situando o município no que se considera faixa média, na qual o IDMS varia de 0,625 a 0,749. Nas quatro dimensões que formam esse índice, a situação de Ouro é a seguinte: sociocultural,

¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017.

0,776; econômica, 0,582; ambiental, 0,580; político-institucional, 0,741. O IDMS médio dos municípios catarinenses é de 0,608².

Em 2010, quando a população do município atingia 7.372 pessoas, os residentes no meio rural somavam 2.528 pessoas e os urbanos, 4.844³, ou seja, 34% de sua população vivia em áreas consideradas rurais, muito acima dos 16% de Santa Catarina.

A economia de Ouro está estreitamente relacionada a atividades agropecuárias, tratando-se de um município predominantemente rural.

O município conta com 674 estabelecimentos agropecuários, 91% dos quais com a área inferior a 50 ha, percentual coerente com os 91% e 88% verificados no estado e mesorregião oeste, respectivamente (Tabela 1)⁴. Em 2006, no Censo Agropecuário anterior, havia uma diferença importante na estrutura fundiária de Ouro, pois os estabelecimentos com área inferior a 50 ha representavam 72% da área total do município por eles ocupada (17.413 hectares), percentual muito acima dos 41% do estado e 54% da mesorregião oeste⁵. A análise a respeito das áreas dos estabelecimentos não pode ser realizada com os dados preliminares do censo 2017, pois existem valores inibidos pelo IBGE que inviabilizam tal análise.

² Federação Catarinense de Municípios, 2016.

³ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

⁴ Id., 2017.

⁵ Id., *ibid.*

Tabela 1: Número de estabelecimentos rurais por grupos de área total (2017)*

Grupos de área total (ha)	Santa Catarina		Oeste Catarinense		Ouro	
	Unidades	Hectares	Unidades	Hectares	Unidades	Hectares
Menos de 5	34710	88794	10980	x**	44	x
De 5 a menos de 10	32996	236224	12930	94640	91	667
De 10 a menos de 20	50828	713474	23780	336094	203	2963
De 20 a menos de 50	43969	1316611	18422	550168	273	8211
Total até menos de 50	162503	2355103	66112	x	611	x
De 50 a menos de 100	11510	767663	4096	274066	52	3254
De 100 a menos de 200	4430	596235	409	x	9	1189
De 200 a menos de 500	2596	779468	719	x	2	x
De 500 a menos de 1000	879	596926	234	x	-	-
De 1000 e mais	568	1350759	151	x	-	-
Total	182.486	6.446.154	71.721	x	674	x

*Os dados fornecidos pelo Censo Agropecuário 2017 são preliminares, estando, portanto, sujeitos a alterações posteriores. ** Dados com o caractere “x” representam valores inibidos pelo IBGE; o caractere “-” representa zero absoluto. Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017).

No município de Ouro, os proprietários respondem por 88% do número e 92% da área dos estabelecimentos agropecuários, acima do que se observa para o estado, com os proprietários respondendo por 80% do número e por 85% da área dos estabelecimentos agropecuários. Em seguida, as duas condições mais relevantes são as de arrendatários, que representam 6,5% do número e 4% da área dos estabelecimentos, e as de parceiros, que representam 3% do número e 2,5% da área (Tabela 2). Apesar de as condições de arrendatário e parceiro serem muito inferiores à condição de proprietário, observa-se, em comparação com os dados do Censo de 2006, que houve um crescimento significativo no percentual de arrendatários e parceiros e uma diminuição no número de proprietários, que eram, respectivamente, de 1,4%, 0,3% e 95% (Tabela 3). Quanto à área dos estabelecimentos, a dos proprietários representava 98% da área total em 2006, caindo para 92% em 2017. Percebe-se, também, na Tabela 2, que o total geral de estabelecimentos não corresponde à somatória dos valores por condição do produtor, indicando existirem sobreposições, podendo acontecer, por exemplo, de um agricultor possuir parte do seu estabelecimento em terra própria e parte em área arrendada. Por fim, cabe destacar que os 51 estabelecimentos que participaram da pesquisa representam 8% do total de estabelecimentos do município.

Tabela 2: Número de estabelecimentos rurais segundo a condição do produtor (2017)

Condição do produtor	Santa Catarina		Ouro	
	Unidades	Hectares	Unidades	Hectares
Proprietário	164.052	5.505.723	636	15.579
Assentado	4.668	71.773	0	0
Arrendatário	21.169	568.445	47	711
Parceiro	5.412	162.538	22	416
Ocupante	1.404	17.709	3	15
Comodato	8.764	126.091	15	216
Produtor sem área	559	0	0	0
Total	206.028	6.452.279	723	16.937

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2017).

Tabela 3: Número de estabelecimentos rurais segundo a condição do produtor (2006)

Condição do produtor	Santa Catarina		Ouro	
	Unidades	Hectares	Unidades	Hectares
Proprietário	170.913	5.767.382	660	17.086
Assentado	2.651	36.253	-	-
Arrendatário	7.085	134.260	10	121
Parceiro	2.151	35.210	2	x*
Ocupante	6.746	89.401	11	177
Produtor sem área	4.122	0	10	0
Total	193.668	6.062.506	693	17.384

*Unidades Territoriais com menos de três informantes estão com o caractere “x”.

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2006).

Segundo dados do IBGE e da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc), a geração do valor bruto da produção (VBP) agropecuária de Ouro está bastante concentrada em poucos produtos, tendo como destaques a produção de carnes de frangos e de suínos, mas com alguma relevância também para as produções de milho, leite e carne bovina (Tabela 4).

Tabela 4: Produção e VBP dos principais produtos da agropecuária de Ouro (2016)

Produto	Santa Catarina		Ouro	
	Produção	VBP (mil reais)	Produção	VBP (mil reais)
Frangos (toneladas)	2.184.560	7.070.377	45.178	146.219
Suínos (toneladas)	1.130.867	4.809.025	10.279	43.712
Milho grão (toneladas)	2.530.363	1.638.510	19.250	10.780
Leite (mil litros)	3.113.769	3.672.024	8.650	9.948
Bovinos (toneladas)	136.185	1.433.792	611	6.437
Soja (toneladas)	2.139.611	2.597.647	1.550	1.705
Erva-mate (toneladas)	118.422	88.916	1.435	1.050
Mandioca (toneladas)	385.875	154.159	1.200	480
Trigo (toneladas)	221.265	115.843	760	407
Fumo (toneladas)	195.033	1.778.284	38	380
Feijão (toneladas)	123.461	347.105	120	360
Uva (toneladas)	33.245	68.486	100	150
Ovos de galinha (mil dúzias)	229.460	707.384	41	131
Mel de abelha (kg)	4.868.268	62.238	8.960	116

Fonte: IBGE (2016) e Cidasc⁶ (2016).

**RETRATOS DA AGRICULTURA FAMILIAR:
Análise Socioeconômica e Ambiental de Ouro (SC): Um Estudo a Partir
da Disciplina Vivência em Agricultura Familiar**

3 Sistematização e Análise dos Questionários

É importante tecer alguns comentários iniciais sobre o tratamento das informações coletadas na pesquisa de campo. Para facilitar a sistematização, interpretação e o entendimento desta publicação, as informações foram agrupadas em seis temas, a saber: a) perfil social da família; b) características do estabelecimento agrícola; c) relações de trabalho entre agricultores e inserção sociopolítica; d) produção agropecuária e as relações de venda e de consumo; e) conhecimento e acesso às políticas públicas; f) relações profissionais, ambientais e perspectivas futuras.

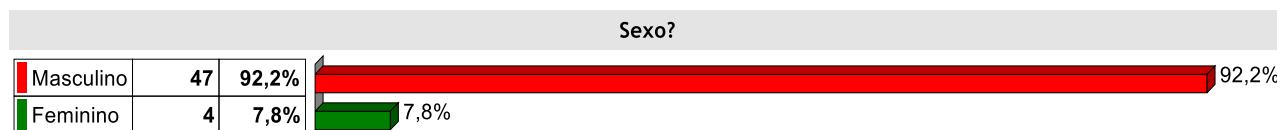
O total de respondentes para cada questão nem sempre equivale ao total de 51 estabelecimentos que participaram da pesquisa. A principal razão para esta diferença no número total encontra-se no fato de alguns entrevistados terem preferido não responder a determinadas questões.

Grande parte das questões formuladas no questionário é do tipo fechada, isto é, permite apenas que o entrevistado selecione uma resposta (simples escolha); em alguns casos, porém, é possível fornecer várias alternativas (múltipla escolha), previamente indicadas. Devido à existência das duas possibilidades de resposta para as questões fechadas (simples ou múltipla escolha), as informações contidas nos gráficos apresentados ao longo deste trabalho também são expostas de maneira distinta. As perguntas com apenas uma opção de resposta têm, obviamente, um total de respostas idêntico ao número de respondentes da questão. Para as questões de múltipla escolha, o cálculo do percentual dado a cada opção toma por base o número total de agricultores que responderam à questão. Esta escolha permite analisar os dados e compará-los entre as categorias de forma mais fidedigna. Portanto, este cálculo percentual não é o resultado da somatória de opções escolhidas, mas do total dos que responderam à questão, já que cada entrevistado podia apontar mais de uma opção (resposta) dentro da questão.

3.1 Perfil Social das Famílias

Em 92% dos 51 estabelecimentos visitados, o homem é apontado como responsável, enquanto que essa condição é apontada como sendo executada pela mulher somente em 7,8% dos casos (Gráfico 1).

Gráfico 1: Responsável pelo estabelecimento rural familiar



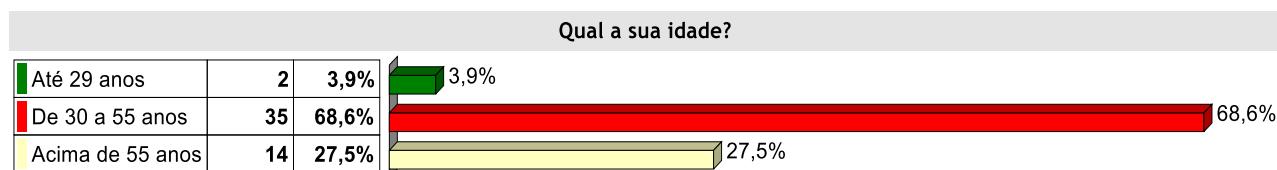
Fonte: Dados coletados pelos estudantes da disciplina de Vivência em Agricultura Familiar do 2º semestre de 2016, dos cursos de Agronomia e Zootecnia do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina⁶.

As ações realizadas por mulheres no contexto da unidade familiar não são, muitas vezes, devidamente reconhecidas e valorizadas. Além de exercerem atividades vinculadas ao trabalho doméstico e aos diversos cuidados referentes a educação, saúde e alimentação dos membros do grupo familiar, geralmente as mulheres se integram efetivamente em atividades consideradas produtivas. Este seu envolvimento ocorre tanto na agricultura (semeaduras, colheitas...), quanto na pecuária (ordenha, etc.) e nos afazeres vinculados à “industrialização caseira”, como processamento de lácteos, panificios, frutas e verduras, confecção de artesanato, entre outros. Assim, apesar de na maioria dos casos o homem ser apontado como o “responsável pelo estabelecimento”, tal condição deve ser relativizada, pois, na prática, o sistema de gestão das unidades agrícolas familiares se revela complexo, visto que todos os seus integrantes, inclusive as mulheres, exercem funções igualmente importantes, mesmo que muitas vezes com reduzido poder de decisão.

O Gráfico 2 evidencia que 69% dos chefes do estabelecimento têm entre 30 e 55 anos de idade; destes, 27% têm mais que 55 anos e 4%, menos de 29 anos. Isso mostra que mais de dois terços dos entrevistados estão com menos de 55 anos de idade, o que poderia sugerir que não há, por enquanto, alto grau de envelhecimento dos responsáveis pelo estabelecimento rural. Por outro lado, observa-se que fora desse extrato médio há muito mais chefes de estabelecimento no extrato superior, ou seja, na fase final da idade produtiva, do que no extrato mais jovem, o que sugere que o problema do envelhecimento tende a aumentar com o passar do tempo.

⁶ Nos gráficos subsequentes, essa indicação da fonte será substituída pela expressão resumida: “Dados coletados pelos estudantes (2016)”.

Gráfico 2: Faixa etária dos (as) entrevistados (as)

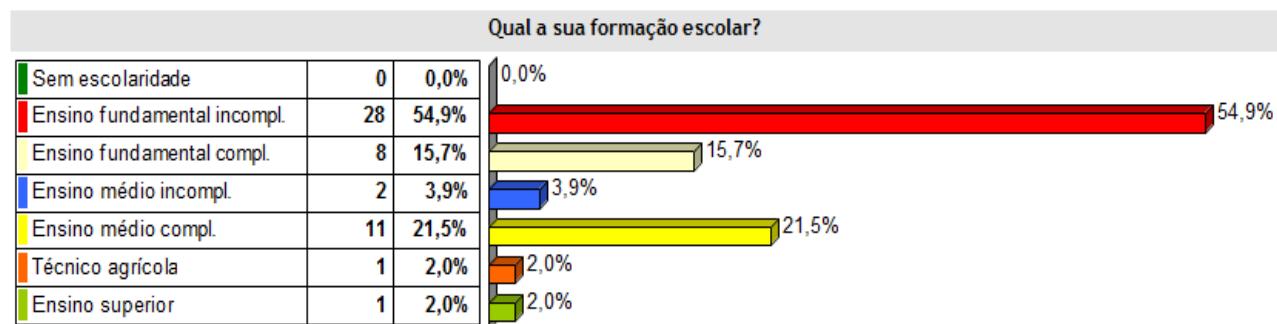


Total de respostas: **51**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

Todos os entrevistados declararam ter algum grau de escolaridade. Grande parte dos responsáveis pelo estabelecimento (72%) afirmou ter frequentado somente o ensino fundamental, mas, desse total, 56% não chegaram a concluir completamente esse nível de formação. O ensino médio foi frequentado por 25% dos entrevistados; 4% deles não o completaram. Apenas um dos entrevistados (2%) afirmou ter formação superior, e um entrevistado (2%) declarou ter formação técnica agrícola (Gráfico 3).

Gráfico 3: Grau de escolaridade dos (as) entrevistados (as)



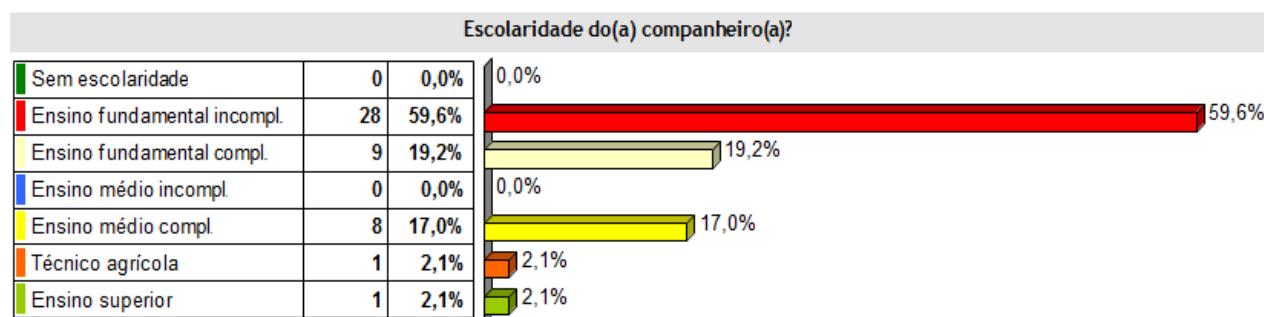
Total de respostas: **51**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

O Gráfico 4 indica que a maioria (79%) dos que declararam ter companheiro(a) afirmou que seus cônjuges ingressaram no ensino fundamental e que, deste total, 19% o conseguiram concluir. Em torno de 17% dos(as) companheiros(as) dos entrevistados frequentaram o ensino médio e todos concluíram esta faixa de estudos. Apenas um companheiro possui ensino superior e um possui formação como técnico agrícola.

Os dados agregados revelam que não se constatam grandes diferenças de escolaridade formal entre chefes de estabelecimento e cônjuges.

Gráfico 4: Grau de escolaridade do(a) companheiro(a) dos(as) entrevistados(as)



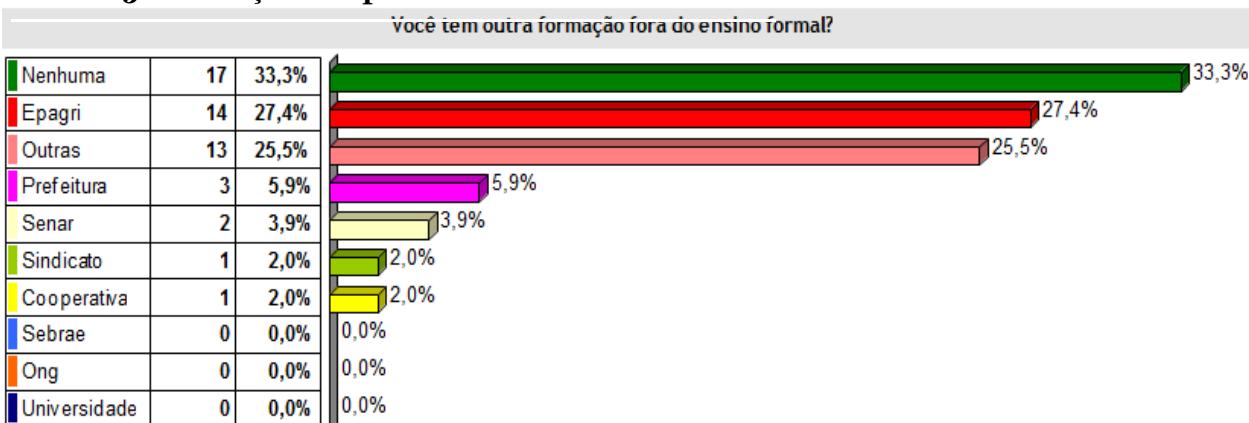
Total de respostas: 47.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

Percebe-se, ainda, no município de Ouro, a existência de um problema estrutural, recorrente nos espaços rurais do país, relacionado à educação e decorrente do processo de desigualdade social e econômica do rural em relação ao urbano. A maior parte das pessoas que exercem a gestão dos estabelecimentos familiares possui níveis baixos de escolaridade formal. Isto traz à tona um desafio adicional, não somente para essas pessoas, como também para extensionistas rurais e demais profissionais de desenvolvimento rural, visto que a permanência dos agricultores nas atividades desenvolvidas nos estabelecimentos familiares exigirá crescentes esforços de formação técnica de um público com baixa educação formal.

Dos 51 entrevistados que responderam à questão a respeito da formação complementar, 67% afirmaram ter alguma formação dessa natureza. Em geral, essas formações foram recebidas por meio de cursos promovidos por organizações como a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), a prefeitura municipal, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), além de sindicatos e cooperativas (Gráfico 5).

Gráfico 5: Formação complementar ao ensino formal

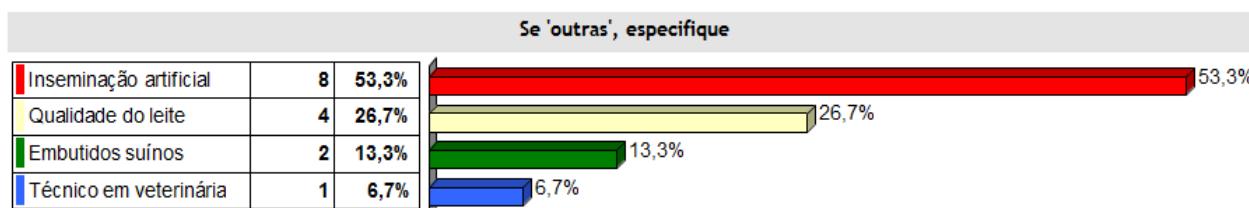


Total de respostas: 51.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

Os cursos realizados concentram-se na área da produção animal, ilustrando a sua importância para o município e para as unidades produtivas familiares, destacando-se a inseminação artificial (53%), a qualidade do leite (27%), os embutidos suínos (13%) e capacitação técnica em veterinária (7%) (Gráfico 6). Observa-se, apesar da pouca escolaridade formal, interesse no aprendizado, na renovação e no aprimoramento do conhecimento por parte da maioria dos entrevistados. Este é um indicador positivo, que sugere um grau significativo de envolvimento dos agricultores de ambos os sexos em ações educativas e de formação.

Gráfico 6: Se outra formação complementar, especifique:

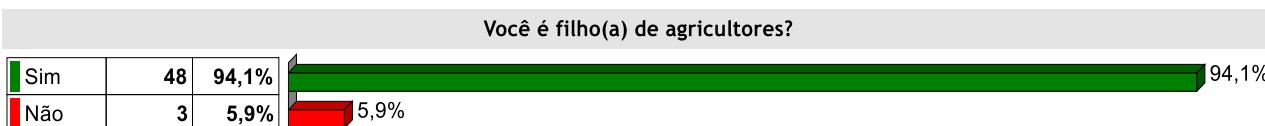


Total de respostas: 15.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

Em relação à origem familiar, a quase totalidade dos(as) entrevistados(as) (94%) declarou ser filho(a) de agricultores, enquanto 6% declararam não possuir essa relação (Gráfico 7). Isto revela a forte tradição das famílias rurais de repassar o patrimônio a seus descendentes e, consequentemente, em influenciar a profissão de seus filhos de ambos os sexos.

Gráfico 7: Origem dos(as) entrevistados(as)

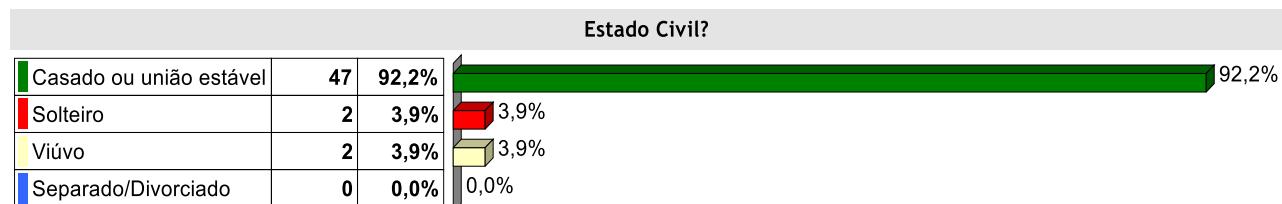


Total de respostas: 51.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

Em relação ao estado civil, 92% dos entrevistados declararam ser casados ou viver em regime de união estável; 4% são solteiros e 4%, viúvos (Gráfico 8).

Gráfico 8: Estado civil dos (as) entrevistados (as)

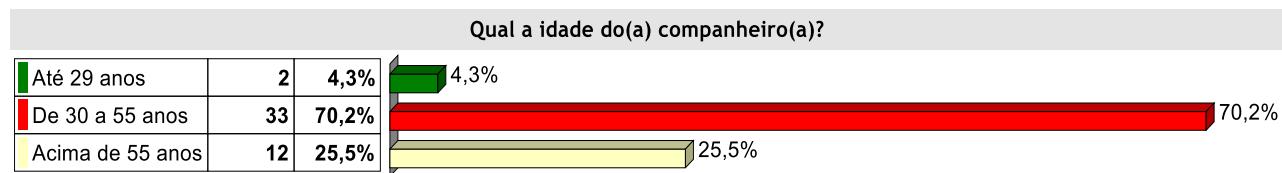


Total de respostas: 51.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

Confirmando os dados apresentados acima, 47 pessoas que estão na condição de casadas ou em união estável responderam sobre a idade dos(as) companheiros(as). Desses entrevistados, 70% disseram que os cônjuges possuem entre 30 e 55 anos; 25%, que os companheiros possuem mais de 55 anos e 4%, que os cônjuges possuem até 29 anos (Gráfico 9).

Gráfico 9: Faixa etária do (a) companheiro (a)



Total de respostas: 47.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

Ao serem comparados aos percentuais apresentados no Gráfico 2, esses dados demonstram não haver diferença significativa no perfil etário dos cônjuges em relação aos chefes dos estabelecimentos. Uns e outros são, na maioria, adultos entre 30 e 55 anos. Estes dados podem indicar que, atualmente, não se registra alto grau de envelhecimento dos gestores dos estabelecimentos familiares, o que poderia minimizar a problemática da falta de sucessor⁷. No entanto, é importante considerar que a sucessão familiar não depende exclusivamente da idade do gestor, de sua esposa ou do envelhecimento de um e outra. Depende da existência de filhos(as) que vivam ou não com os pais, que potencialmente reúnem condições de os suceder, condição aliada à presença de políticas públicas efetivas para a instalação ou retorno de jovens ao meio rural. O processo sucessório envolve também a preparação e a formação de um novo sucessor(a), o desejo dos jovens de permanecer no estabelecimento, a possibilidade de constituir família, o apoio de membros do grupo doméstico e do poder público, etc.

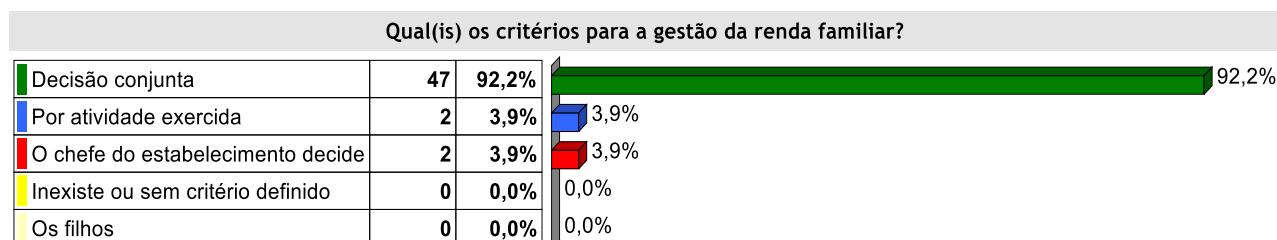
⁷ Este tema será novamente abordado mais adiante.

3.2 Principais Características dos Estabelecimentos Agrícolas

O Gráfico 10 indica que a grande maioria (92%) dos 51 entrevistados efetua uma gestão conjunta da renda familiar. A informação pode revelar, de fato, uma mudança nos padrões de comportamento social do meio rural, conhecido historicamente por uma forte presença do poder patriarcal. Por outro lado, como as práticas centralizadoras no seio familiar estão cada vez menos legitimadas socialmente, em algum grau essas práticas podem ainda continuar existindo, mas de forma menos explícita.

Nenhum dos entrevistados respondeu que os filhos são os tomadores de decisão acerca da gestão da renda familiar. Essa constatação deve ser ponderada, pois quase sempre a gestão da renda familiar por parte de um dos filhos está relacionada ao fato de ele estar sendo preparado para assumir futuramente a função de chefe do estabelecimento. O resultado revela que em nenhum dos casos estudados está ocorrendo esta preparação dos jovens. Entretanto, há casos em que o filho já é responsável pelo estabelecimento e vive com os pais aposentados, que continuam residindo e trabalhando na unidade de produção familiar.

Gráfico 10: Critérios para a gestão da renda familiar



Total de respostas: 51.

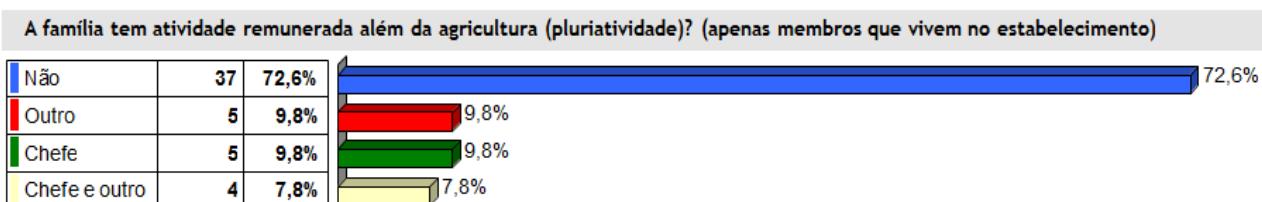
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

A questão seguinte trata do exercício de trabalho remunerado fora do estabelecimento, mas que mantém algum vínculo produtivo ou de gestão com as atividades agropecuárias (pluriatividade⁸). Observa-se que a pluriatividade atinge 27% dos estabelecimentos, quando se considera que as atividades remuneradas são exercidas pelo chefe, por outro membro do grupo familiar, ou por ambos. Isso evidencia que a agropecuária ainda é a principal atividade exercida dentro do próprio

⁸ Neste contexto, a pluriatividade pode ser entendida como a realização de atividades não agrícolas fora ou dentro do estabelecimento, e de prestação de serviços ou assalariamento agrícola fora do estabelecimento, conduzidas por um ou mais membros de uma família residente no meio rural.

estabelecimento rural⁹ (Gráfico 11). Por outro lado, percebe-se que a pluriatividade não pode ser ignorada no município, devendo ser mais estudada e considerada nas ações de desenvolvimento rural.

Gráfico 11: Família tem atividade remunerada além da agricultura (pluriatividade)

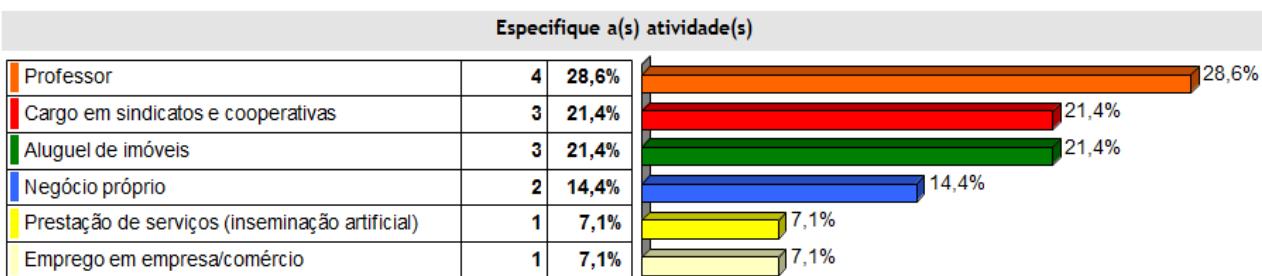


Total de respostas: 51.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

A atividade adicional mais citada foi a de professor, que ocorreu em 29% dos casos de pluriatividade, acompanhada das rendas de cargos em sindicatos e cooperativas, aluguel de imóveis, negócio próprio, prestação de serviços e emprego em empresa ou comércio (Gráfico 12).

Gráfico 12: Se sim, especifique a atividade



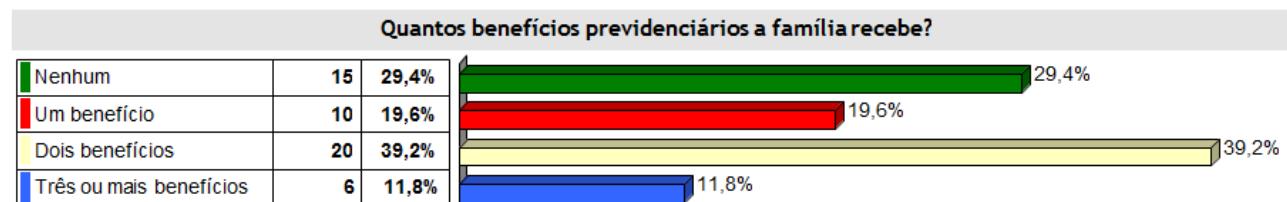
Total de respostas: 14.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

Com relação a benefício previdenciário, em 29% dos 51 estabelecimentos não há nenhum membro que o receba; em 20% dos casos, há apenas um membro que o recebe; em 39%, há dois membros que o recebem e, em 12% dos casos, há três ou mais beneficiários na mesma família. Este dado demonstra a grande importância do benefício previdenciário, já que aproximadamente 70% das famílias entrevistadas o possuem (Gráfico 13).

⁹ As famílias monoativas caracterizam-se pela exclusividade do trabalho agrícola no interior da propriedade na qual residem.

Gráfico 13: Benefício previdenciário: quantidade por família



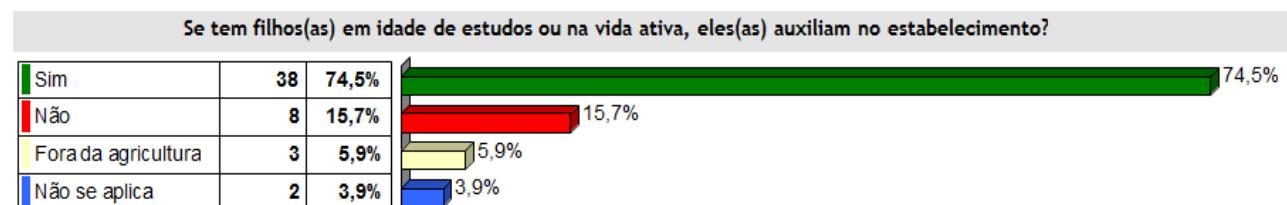
Total de respostas: 51.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

Do total de 37 entrevistados que responderam receber algum tipo de benefício previdenciário na família, obtiveram-se 49 respostas sobre quais os tipos de benefício, pois, em alguns casos, há mais de um na mesma família. Na maior parte dos casos (47%), este benefício é recebido por membros da família que não o chefe ou o cônjuge, como, por exemplo, os pais e sogros. Há também uma boa parcela de aposentadorias relativas à invalidez, doença ou gestação (20%).

Em relação aos filhos em idade escolar, 74% disseram que seus descendentes auxiliam nos trabalhos do estabelecimento; 16% afirmaram que os filhos não realizam nenhum tipo de ajuda no estabelecimento; 6%, que auxiliam em atividades fora da agricultura; 4% declararam não possuir filho em idade escolar (Gráfico 14).

Gráfico 14: Filhos (as) envolvidos (as) nas atividades dos pais dentro do estabelecimento rural

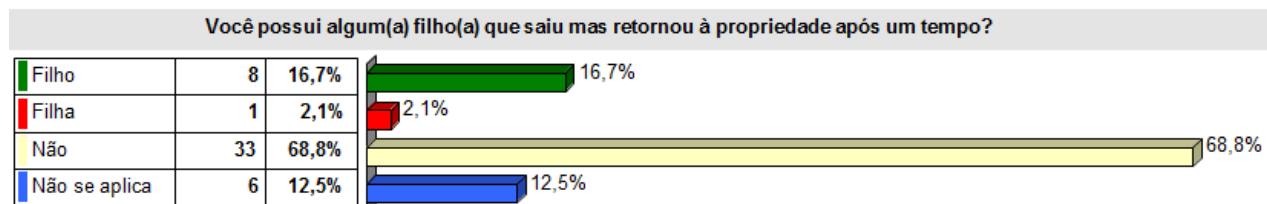


Total de respostas: 51.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

Sobre o retorno de filhos que temporariamente saíram dos estabelecimentos por razões diversas, o Gráfico 15 revela que 68,8% dos que responderam a essa questão não manifestaram registro de retorno dessa natureza. Ainda assim, o retorno de um filho(a) concerne a quase um quinto dos casos que responderam a essa questão, indicando que nem todas as saídas são definitivas e que, dependendo da situação socioeconômica encontrada no meio urbano e da maior ou menor incidência de políticas públicas para a agricultura, o retorno à unidade agrícola familiar pode ser uma alternativa para uma parcela considerável de jovens. Diversos estudos demonstram que um filho que deixa o meio rural por um período, quase sempre, ao retornar, aporta novas habilidades e conhecimentos, transformando-se em agente inovador, tanto no âmbito da própria unidade produtiva, quanto na vida da comunidade.

Gráfico 15: Retorno de algum (a) filho (a) ao estabelecimento rural

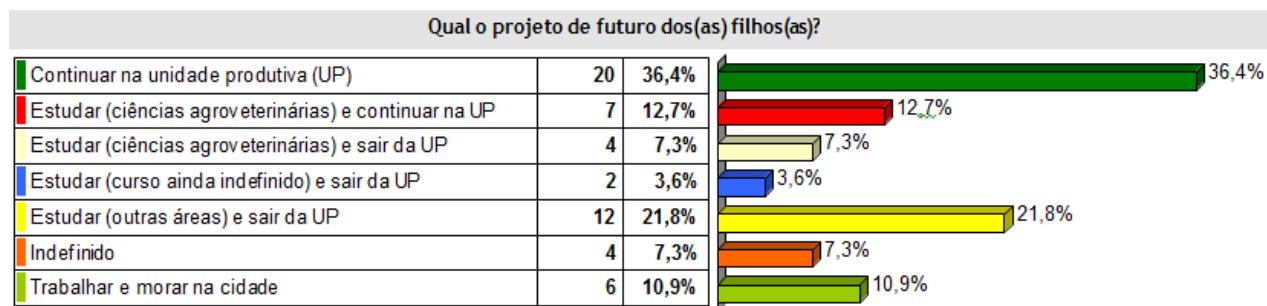


Total de respostas: 46.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

Numa questão adicional sobre este tema, os entrevistados responderam de forma aberta qual o projeto de futuro dos filhos. Das 55 respostas encontradas, 36% esperam que permaneçam na unidade produtiva (UP); 13%, que eles deixem o campo para se tornar profissionais na área das ciências agrárias e posteriormente retornem (Gráfico 16). Embora as projeções de futuro sejam feitas pelos próprios pais, observa-se que 49% dos filhos poderiam continuar nas unidades familiares, conseguindo, inclusive, melhor qualificação nas atividades desenvolvidas. Por outro lado, 7% das respostas indicam que os filhos devem estudar algo relacionado às ciências agrárias sem retornar à UP, demonstrando, de alguma forma, interesse pelo tema. Também se verificou que para 4% das famílias os filhos devem estudar em cursos ainda não definidos e sair da UP, enquanto que para 22% a saída dos jovens da UP deve ocorrer para fazer cursos em outras áreas. Estes últimos percentuais corroboram os estudos realizados com jovens rurais, junto aos quais se verifica que uma parcela importante, especialmente de filhas de agricultores, procura profissões alternativas à agricultura. É recorrente, nessas mesmas pesquisas, a constatação de que as moças, mesmo gostando do meio rural, não pretendem reproduzir a profissão de agricultor(a) desenvolvida pelos pais, buscando outras profissões no intuito de conquistar a própria autonomia, especialmente a de renda. No conjunto, há um segmento expressivo de entrevistados cujas respostas projetam que a vida adulta dos seus filhos não ocorrerá na UP. Este fator, aliado à quantidade reduzida de filhos(as) nas UP entrevistadas (aproximadamente 1 filho por família), demanda que se debatam com mais profundidade as implicações e as consequências no processo sucessório desses estabelecimentos. Os dados deixam claro, também, que em apenas 11% dos casos o projeto é que os filhos trabalhem na cidade e deixem o campo. Este percentual indica que a grande maioria dos pais deseja que os filhos permaneçam no meio rural, independente de se tornarem agricultores ou exercerem outra profissão.

Gráfico 16: Projeto futuro dos filhos (as)

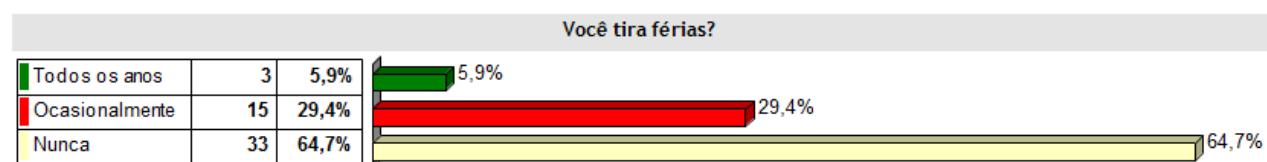


Total de respostas: 55 (refere-se ao número total de filhos das famílias entrevistadas).

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

De acordo com Gráfico 17, a maioria (65%) das famílias entrevistadas nunca tira férias; uma parcela importante (29%) o faz apenas ocasionalmente. Embora o questionário não permita o acesso a informações mais detalhadas a esse respeito, com esse cenário é possível imaginar que a carga de trabalho no campo continue muito intensa. Esta situação, combinada com a existência de famílias cada vez menores e o aumento da insegurança no meio rural, dificulta o afastamento dos agricultores de seus estabelecimentos. Os que declararam tirar férias todos os anos, e mesmo os que o fazem ocasionalmente, são, provavelmente, os que possuem membros da família ou pessoas de confiança que realizam as atividades essenciais do estabelecimento enquanto estão ausentes. Este aspecto mereceria um esforço dos agentes locais em conhecer e divulgar aos agricultores experiências de cooperação que lhes permita organizar férias anuais trocando dias de trabalho.

Gráfico 17: Entrevistados (as) que tiram férias

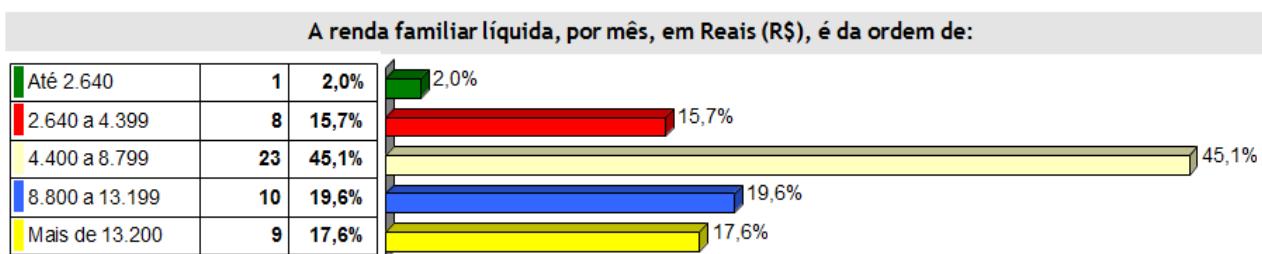


Total de respostas: 51.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

Sobre a renda familiar líquida mensal, observa-se que quase metade dos entrevistados (45%) possui uma renda líquida entre 4.400 a 8.799 reais, o que, na época da realização da pesquisa, equivalia à faixa de 5 a 10 salários mínimos. Além disso, aproximadamente 37% de respondentes possuem renda superior a 10 salários mínimos. Estes dados demonstram um elevado padrão produtivo e de renda entre os agricultores da VAF, quando comparado ao de outras zonas rurais do país (Gráfico 18).

Gráfico 18: Renda líquida mensal da família

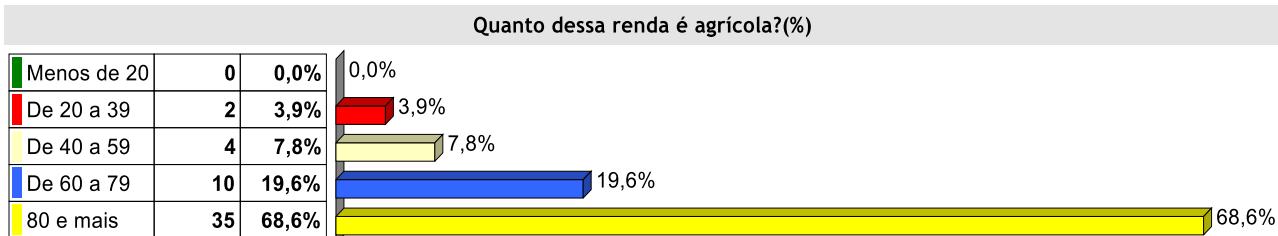


Total de respostas: 51.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

Quando se indaga a origem da renda, quase 70% dos entrevistados declaram obter seus rendimentos predominantemente da atividade agrícola (80% do total da renda) (Gráfico 19).

Gráfico 19: Renda agrícola da família

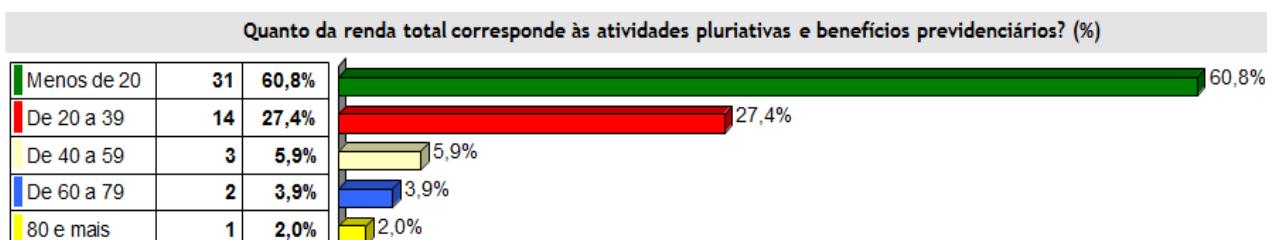


Total de respostas: 51.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

O Gráfico 20 reafirma a importância da renda agrícola, pois, mesmo nas famílias que possuem rendas oriundas de benefícios previdenciários e/ou atividades pluriativas, na grande maioria dos casos ela não é a mais importante. Desta forma, a renda pluriativa e os benefícios previdenciários se estabelecem como complementares da atividade agrícola. Em muitos casos, porém, essa renda extra assume um papel estratégico, pois auxilia na manutenção do estabelecimento e das demandas pessoais, especialmente em momentos críticos, como os de entressafra.

Gráfico 20: Participação das atividades pluriativas e benefícios previdenciários na renda total



Total de respostas: 51.

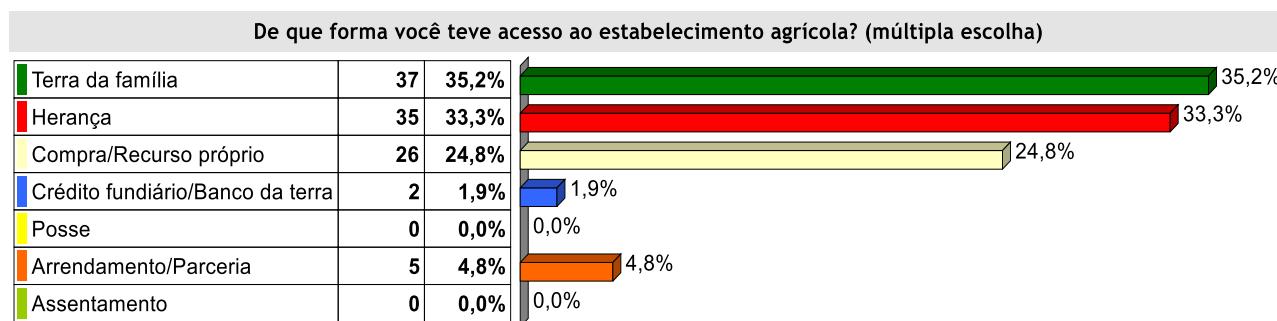
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

Como já explicitado, o questionário possibilita aos entrevistados assinalar mais de uma resposta para algumas questões. Este é o caso da pergunta a respeito da forma de aquisição do estabelecimento

(Gráfico 21). Isto explica o registro de 105 respostas na primeira coluna deste gráfico; ou seja, em função da múltipla escolha, a somatória das opções excede o número de entrevistados. Já em relação aos dados da segunda coluna, e à respectiva representação em barras no mesmo gráfico, o cálculo foi realizado com base no total de agricultores que responderam à questão (51). Desse modo, um número significativo de entrevistados (33%) revela que todo o estabelecimento, ou parte dele, foi herdado; a maioria (35%) indicou que possui terra pertencente à família, o que sugere que esse patrimônio não passou ainda pelo processo de partilha; 25% disseram que o total, ou parte do estabelecimento agrícola, foi comprado. Há outras formas de se entrar em posse da terra: com apoio do crédito fundiário (em dois casos) e por arrendamento/parceria (em cinco casos). Em nenhuma das situações o acesso à terra foi resultado de assentamento ou oriundo de posse.

Em seu conjunto, os dados revelam que a família geralmente desempenha um papel importante no processo de acesso à terra, seja por meio de herança, empréstimo ou cessão que ainda não passou pelo processo de partilha, seja por esses dois mecanismos simultaneamente. Essas duas opções representam 72 das 105 respostas dadas pelos entrevistados, correspondendo a aproximadamente 70% dos estabelecimentos questionados. Entretanto, em muitas famílias há uma combinação de duas formas distintas de acesso a terra, através da compra de uma parte e herança de outra, o que revela um crescente processo de mercantilização da terra.

Gráfico 21: Forma de aquisição do estabelecimento (múltipla escolha)*



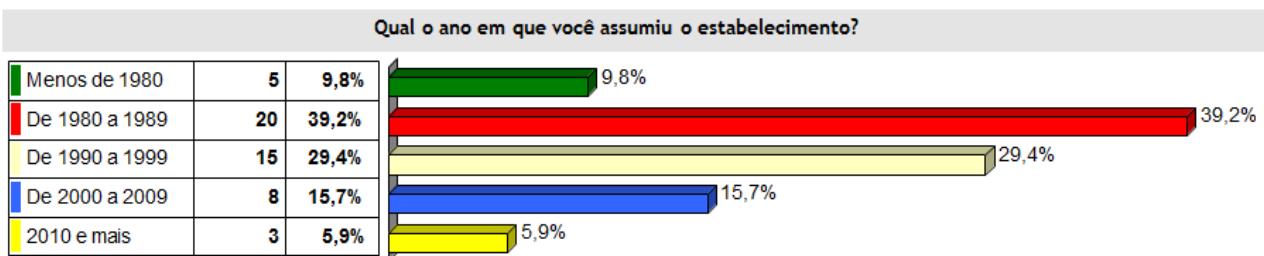
Total de respostas: **105**.

*Os valores percentuais da 2ª coluna e as respectivas representações gráficas também estão relacionados ao total de respondentes da questão: **51**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

A maioria das unidades produtivas (49%) foi assumida há mais de três décadas; quase um terço (29%) entre 1980 e 1989 (Gráfico 22). Pelos dados, percebe-se que a idade da maioria dos estabelecimentos é relativamente alta.

Gráfico 22: Assumiu o estabelecimento



Total de respostas: 51.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

Para obter a terra, 76% do total de 51 respostas afirmaram ausência de dificuldades no processo de aquisição; 23% dos entrevistados relataram algum grau de dificuldade nesse sentido (Gráfico 23). É provável que haja uma correlação entre o fato de a terra ser da família e a não dificuldade em obtê-la, como indicado anteriormente. Quando indagados sobre quais seriam estas dificuldades, a mais frequente foi a falta de recursos financeiros; também foram mencionadas questões burocráticas, acesso a financiamento, problemas familiares e/ou relacionados à legislação ambiental para utilização da terra para fins de agricultura.

Gráfico 23: Dificuldade para obtenção da terra

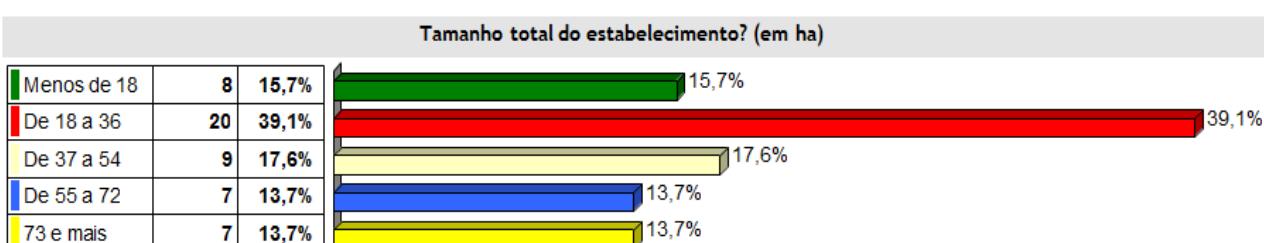


Total de respostas: 51.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

Com relação ao tamanho da área, o Gráfico 24 mostra que a maior parte dos agricultores (55%) possui estabelecimentos de até 36 ha de área. Considerando os estabelecimentos com até 3 módulos rurais, ou 54 ha, esse percentual sobe para 72%. Verifica-se, portanto, que as famílias selecionadas para receberem os estudantes da VAF diferem um pouco do perfil geral do município levantado pelo Censo de 2017. Como já visualizado na Tabela 1, naquele ano, 91% dos estabelecimentos rurais de Ouro possuíam áreas inferiores a 50 ha.

Gráfico 24: Tamanho total do estabelecimento

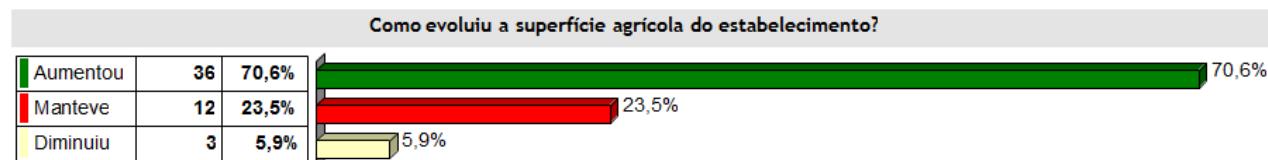


Total de respostas: 51.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

O Gráfico 25 indica que mais de dois terços (71%) dos entrevistados declararam que a área dos seus estabelecimentos aumentou de tamanho ao longo do tempo, enquanto que 23,0% disseram que a terra mantém o seu tamanho inicial; em apenas 6% dos casos houve diminuição. Embora estes dados não possam ser generalizados para todo o município, eles indicam que entre as famílias participantes da *vivência* existe uma condição socioeconômica que se diferencia da realidade de um número significativo de agricultores familiares do país, que enfrentam dificuldades para permanecer na atividade.

Gráfico 25: Evolução do tamanho do estabelecimento rural

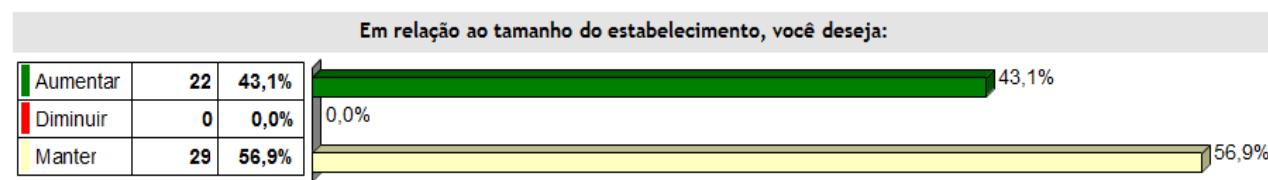


Total de respostas: **51**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

Além disso, nenhum entrevistado manifestou desejo de diminuir o tamanho de seu estabelecimento; 57% mencionaram estar satisfeitos com o seu tamanho e 43%, terem a intenção de o aumentar (Gráfico 26).

Gráfico 26: Desejo em relação ao tamanho atual do estabelecimento rural



Total de respostas: **51**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

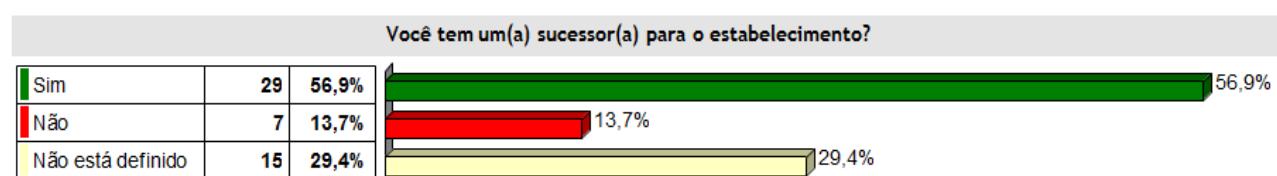


Figura 2: Unidade Produtiva em Ouro/SC

Fonte: Arquivo da disciplina Vivência em Agricultura Familiar. Imagem registrada pelo estudante Antônio Oliveira Vieira (2016).

Em relação à sucessão do estabelecimento familiar, 57% das 51 respostas indicam haver um sucessor que assumirá a gestão do estabelecimento após o atual chefe cessar suas atividades. Em contrapartida, 14% afirmaram não dispor de um sucessor. Outros 30% responderam ainda não haver definido esta questão da sucessão (Gráfico 27). Apesar de a minoria do total de famílias estudadas ter afirmado não possuir sucessor(a), a situação deve ser analisada com atenção, visto que poderá vir a se constituir num problema para o gerenciamento. Além disso, em vista dos investimentos necessários num futuro próximo, várias pesquisas feitas na região oeste de Santa Catarina indicam uma tendência a frear novos investimentos produtivos, afora certo desestímulo nas unidades que não possuem mais sucessores. Os casos de indefinição acerca de sucessores, realidade de 15 famílias entrevistadas, merecem ser igualmente problematizados.

Gráfico 27: Sucessor (a) para o estabelecimento rural



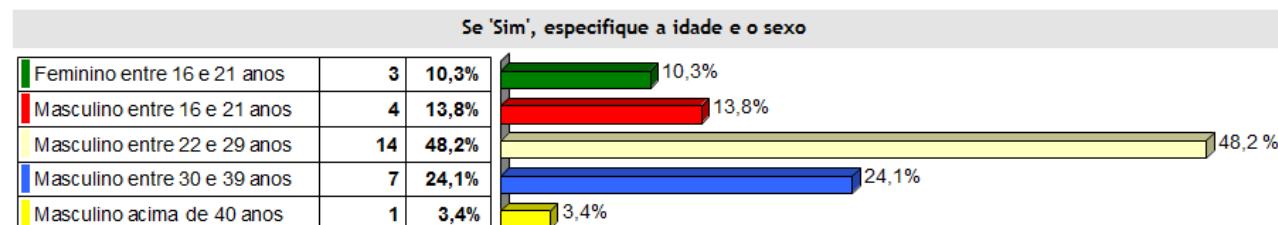
Total de respostas: 51.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

Sobre o sexo do sucessor do estabelecimento, em 90% das unidades ele é do sexo masculino (Gráfico 28). Em sua maioria, o sucessor encontra-se na faixa de 22 a 29 anos (49%), estando,

portanto, em idade jovem. Esses dados contribuem também para se afirmar que a saída dos jovens do campo está ocorrendo principalmente entre as pessoas do sexo feminino.

Gráfico 28: Sexo e idade do(a) sucessor (a) para o estabelecimento rural



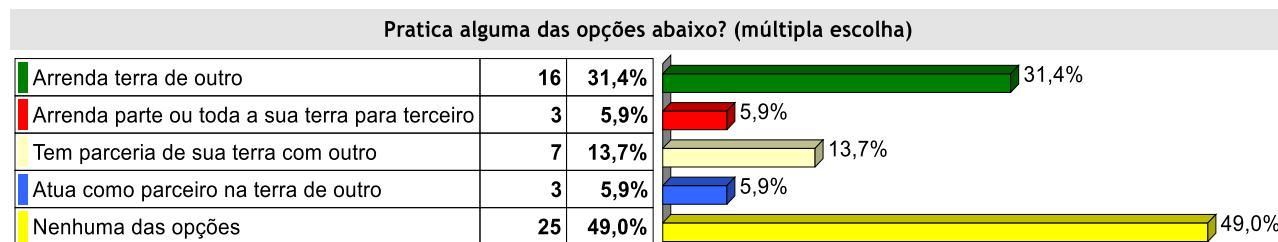
Total de respostas: **29**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

A pergunta relacionada ao arrendamento de terras e a parcerias também possibilitou aos agricultores responder a mais de uma alternativa. O total de 56 respostas indica a presença de múltiplas situações neste quesito (Gráfico 29). Em primeiro lugar, nota-se que mais da metade (51%) dos respondentes recorre a essas práticas. Neste grupo, 31% de respondentes arrendam áreas de terceiros; 6% arrendam parte das suas terras a terceiros, e mais 6% afirmam ter terras como resultado de algum tipo de parceria. Tais dados sugerem ser o arrendamento um instrumento jurídico muito presente no meio rural, devendo, por isso, ser mais estudado e mobilizado pelas políticas públicas como ferramenta de governança da terra.

Quando se comparam esses dados sobre arrendamento com os obtidos no Censo Agropecuário (Tabela 2), percebe-se que esta ferramenta se mostra mais relevante para os entrevistados neste trabalho, pois no Censo constam apenas 6,5% dos produtores na condição de arrendatários. Esta diferença pode ser explicada pela seleção da amostra para esta pesquisa, sugerindo um maior poder aquisitivo das famílias. Cabe ressaltar, também, que os dados do Censo Agropecuário (Tabela 2 e Tabela 3) indicaram aumento percentual no número de arrendatários e parceiros entre 2006 e 2017 no município de Ouro.

Gráfico 29: Arrendamento de terra e parcerias com terceiros (múltipla escolha)*



Total de respostas: **56**.

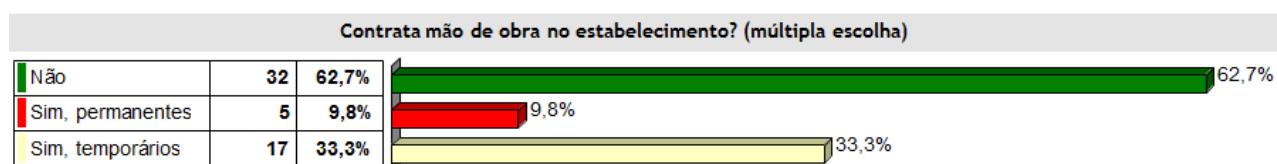
* Os valores percentuais da 2ª coluna, e respectivas representações gráficas, estão relacionados ao total de respondentes da questão: **51**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

3.3 Relações de Trabalho e Inserção Sociopolítica

Sobre a contratação de mão de obra para auxiliar nos trabalhos, os dados indicam que em 63% dos estabelecimentos não existe esse tipo de apoio. Por outro lado, existe um número significativo de estabelecimentos (43%) que contrata mão de obra temporária, permanente, ou ambas as modalidades (Gráfico 30). O considerável número de casos relativo à contratação de mão de obra está relacionado, provavelmente, à incidência de atividades pecuárias ligadas à avicultura e à bovinocultura de corte. Tais atividades, além de requererem muito trabalho, estão sujeitas a relações competitivas de mercado, o que requer a contratação adicional de trabalhadores.

Gráfico 30: Contratação de mão de obra no estabelecimento (múltipla escolha)*



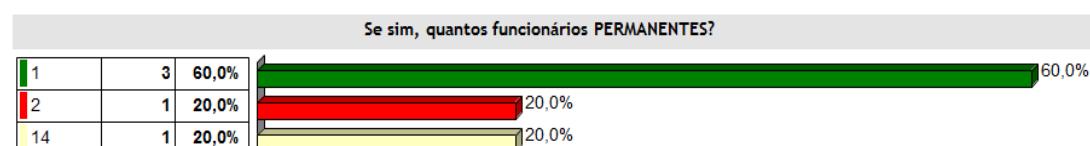
Total de respostas: **54**.

* Os valores percentuais da 2^a coluna, e respectivas representações gráficas, estão relacionados ao total de respondentes da questão: 51

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

Dos cinco produtores com funcionários permanentes contratados, três declararam possuir apenas 1 funcionário; um, 2 funcionários e um terceiro, 14 funcionários (Gráfico 31). Quanto a funcionários temporários, 53% declararam contratar apenas 1; 35%, 2, e 12%, de 3 a 5 (Gráfico 32).

Gráfico 31: Funcionários permanentes



Total de respostas: **05**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

Gráfico 32: Funcionários temporários

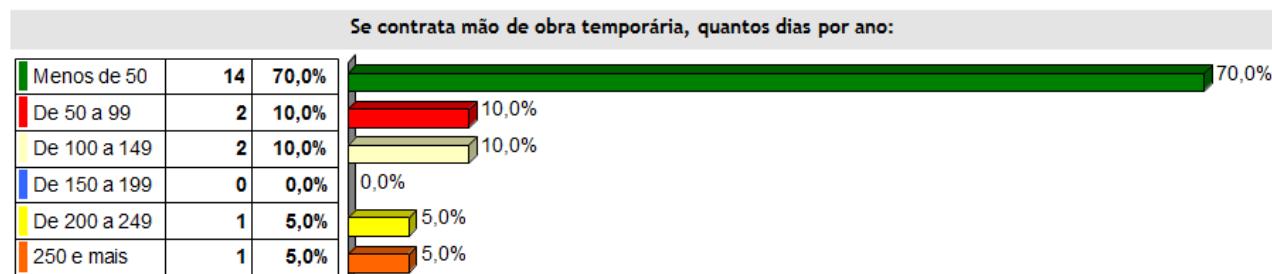


Total de respostas: **17**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

A respeito da quantidade de dias de contratação de mão de obra temporária (Gráfico 33), a maioria dos entrevistados (70%) utilizava este recurso por menos de 50 dias por ano. Em 20% dos casos, a mão de obra era utilizada de 50 a 200 dias; em apenas 10% ela era utilizada por mais de 200 dias/ano.

Gráfico 33: Dias por ano da contratação de mão de obra temporária

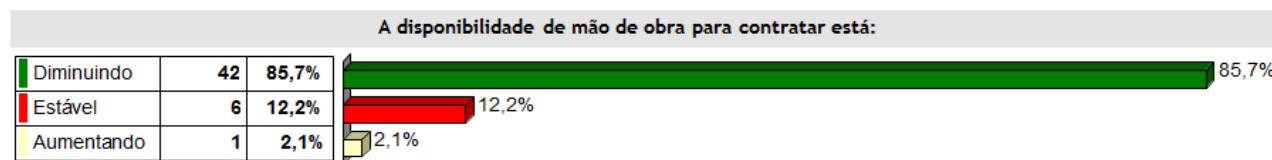


Total de respostas: 20.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

Dentro deste tema, também é importante registrar um fenômeno recorrente em várias regiões de Santa Catarina: dificuldade de contratação de trabalhadores rurais. No que se refere à questão sobre disponibilidade de mão de obra para a contratação, do total de 49 respostas, a grande maioria (86%) afirmou que ela está diminuindo na região (Gráfico 34). Este é um importante indicador que pode afetar negativamente a reprodução social da agricultura familiar. A falta de mão de obra acaba sendo também um obstáculo para a condução de sistemas de produção, principalmente aos ligados às cadeias de aves, suínos e leite, típicas no município de Ouro e em toda a região oeste catarinense. Sabe-se que as grandes agroindústrias têm recorrido sistematicamente à automação dos processos como estratégia para suplantar essa dificuldade e reduzir os custos de produção. Em algumas regiões, registra-se também contratação de mão de obra oriunda de outras regiões, como o Nordeste.

Gráfico 34: Disponibilidade de mão de obra para contratação



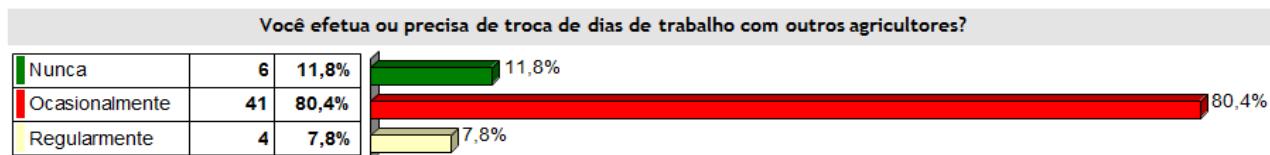
Total de respostas: 49.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

Em relação à troca de dias de trabalho com outros agricultores, pode-se verificar no Gráfico 35 que 11% dos entrevistados nunca recorrem a essa prática; 81% o fazem ocasionalmente; 8% trocam dias de trabalho regularmente. A soma das trocas ocasionais e regulares (88%) revela que esta prática, muito comum entre agricultores familiares do passado, permanece viva ou vem sendo resgatada na região. Esta é mais uma alternativa para suprir a redução da disponibilidade de mão de obra na região.

As atividades citadas como demandantes de troca de dias de trabalho foram as de limpeza de aviário e silagem. A falta de maquinário agrícola foi mencionada como um dos motivos da necessidade desta prática, somada à carência de força de trabalho contratada e à redução do tamanho dos grupos familiares. Juntas, elas explicam a importância e a retomada de práticas de ajuda mútua, que ocorrem especialmente em determinadas fases do processo produtivo, as que demandam mais trabalho. A ação solidária e a ajuda mútua são importantes fatores de diferenciação entre a lógica da agricultura familiar tradicional e a mais modernizada, como a encontrada nos grandes estabelecimentos integrados ao agronegócio industrial. Nesta última modalidade, o trabalho é incorporado como insumo, diretamente vinculado à eficiência de produção, enquanto na primeira, o trabalho cooperado é resultado do fortalecimento das relações sociais estabelecidas, pois mantém vivo o tecido social que dá sustentação à reprodução social da agricultura familiar, e a garante. O costume de se buscar nas trocas de trabalho alternativas para a sua reprodução socioeconômica é evidente e poderia ser mais bem explorado, por exemplo, na construção de iniciativas que permitam às famílias de agricultores tirar férias periodicamente. Este dado ressalta que a reciprocidade ainda continua como um importante elemento na organização da gestão das unidades produtivas familiares.

Gráfico 35: Troca de dias de trabalho com outros agricultores



Total de respostas: 51.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

Outra prática comum no meio rural brasileiro utilizada como alternativa para a falta de mão de obra no meio rural são os contratos de parceria. Neste estudo, verificou-se que 55% dos entrevistados recorrem a esta prática (Gráfico 36), fator que evidencia a importância das relações interfamiliares na manutenção das atividades agropecuárias.

Gráfico 36: Contrato de parceria de atividade do estabelecimento



Total de respostas: 38.

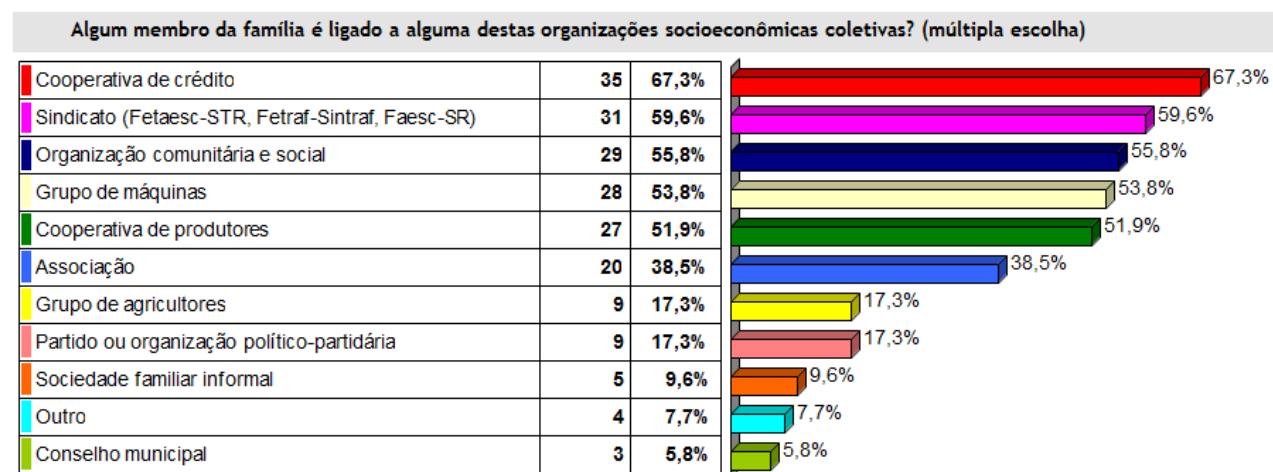
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

O questionário contemplou uma pergunta relacionada à participação de membros da família em organizações coletivas. Esta questão também possibilitou múltiplas respostas (no total, 200). O Gráfico 37 indica, também, os percentuais de cada variável, de acordo com o universo amostral de

entrevistados respondentes. Dos 51 entrevistados, 67% mencionaram a participação de algum membro da família em cooperativas de crédito; 60%, em sindicatos; 56%, em organizações comunitárias e sociais; 52%, em cooperativas de produtores rurais; 54% disseram que participam de grupos de máquinas. Também há uma participação expressiva em associações (39%) e grupos de agricultores (17%). Estes dados de participação social podem ser relacionados com os dados de disponibilidade de mão de obra discutidos anteriormente, visto que muitas atividades associativas e cooperativas auxiliam na superação de sua baixa disponibilidade. Percebe-se, por exemplo, que há um número significativo de agricultores que integram grupos de máquinas (54%). Como se trata de pequenas unidades de produção, com restrição de mão de obra e de terras, os agricultores e o poder público local encontraram nestes grupos uma importante alternativa para viabilizar minimamente a mecanização das atividades agropecuárias.

Este quadro de respostas evidencia uma vida sociopolítica relativamente intensa dos agricultores, que certamente afeta a maior capacidade de reprodução social dos estabelecimentos. É importante destacar o papel das organizações comunitárias e associativas, que promovem a sociabilidade local através da realização de eventos culturais, como festas, bailes, casamentos, encontros esportivos, entre outras manifestações, que são vitais para a dinamização da vida social das famílias agricultoras.

Gráfico 37: Participação de membros da família em organizações socioeconômicas coletivas (múltipla escolha)*



Total de respostas: **200**.

* Os valores percentuais da 2ª coluna, e respectivas representações gráficas, estão relacionados ao total de respondentes da questão: **52**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

3.4 Produção Agropecuária, Autoabastecimento e Comercialização

Em relação às principais produções agropecuárias do estabelecimento, o questionário apresenta ao entrevistado uma lista de possibilidades para que eleja, em ordem de importância, as três principais. Tais citações foram condensadas no Gráfico 38.

Percebe-se, no conjunto, que a criação animal recebeu destaque, sendo as mais expressivas: a bovinocultura de leite (78%) (Figura 1); a bovinocultura de corte (55%); a avicultura (43%) e a suinocultura (27%). A piscicultura foi evidenciada em apenas 2% dos casos. O cultivo de cereais aparece com o terceiro maior percentual de respostas (45%). A horticultura, a fruticultura e o cultivo de outros vegetais foram citados por 18% dos entrevistados. O milho, segundo dados do IBGE, é também bastante cultivado no município (Tabela 4), mas seu uso está cada vez mais vinculado à silagem, produto que os agricultores utilizam principalmente para a alimentação das vacas leiteiras, atividade bastante relevante no município. Também são relevantes a produção extrativista relativa à cultura da erva-mate (10%) e a atividades agroindustriais - produção de queijos, salames e vinhos (6%). Nenhum dos entrevistados é fumicultor; porém, a atividade aparece entre as cinco com maior valor bruto de produção no município (Tabela 4), o que sugere tratar-se de atividade associada a situações de unidades agrícolas familiares de menor porte econômico, pouco contempladas nesta edição da VAF.

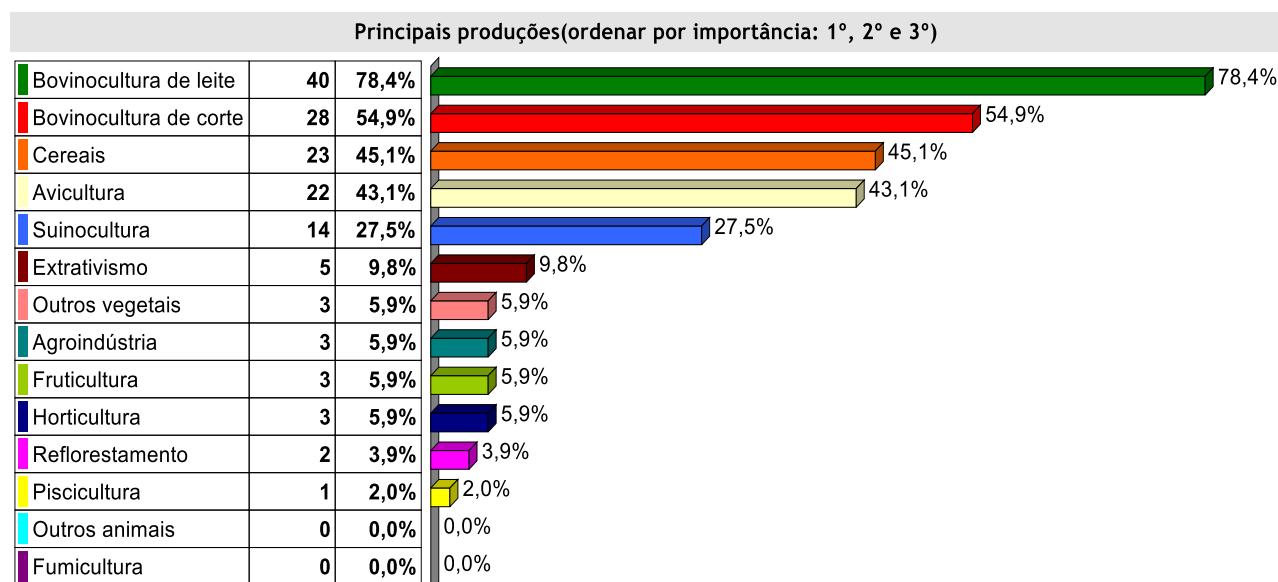


Figura 3: Bovinocultura de leite na Unidade Produtiva

Fonte: Arquivo da disciplina Vivência em Agricultura Familiar. Imagem registrada pelo estudante Jeferson Guthieres Libano da Rosa (2016)

A escolha de grande parte dos itens apresentados no questionário revela que a produção proveniente da agricultura familiar do município é diversificada, apesar da prevalência de algumas atividades, como a bovinocultura de leite, a produção de cereais e a avicultura.

Gráfico 38: Principais produções do estabelecimento agrícola (múltipla escolha)*



Total de respostas: 147.

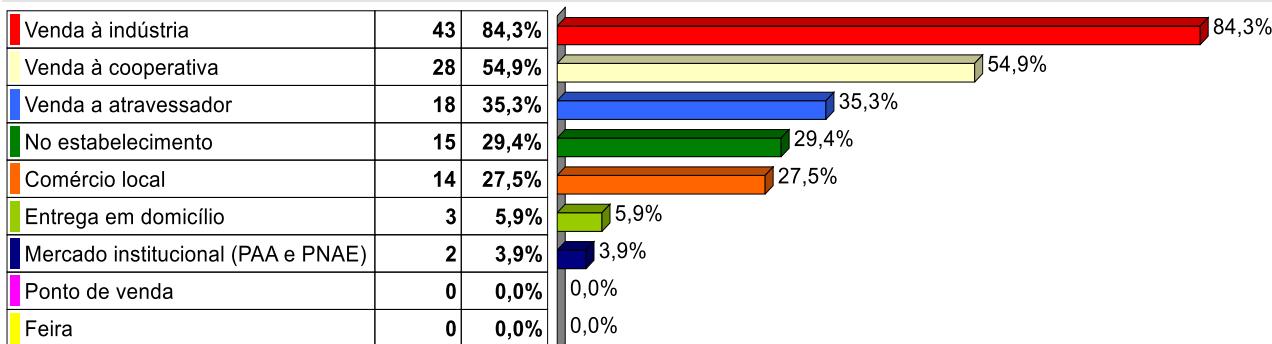
* Os valores percentuais da 2ª coluna, e respectivas representações gráficas, estão relacionados ao total de respondentes da questão: 51.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

As principais estratégias de venda da produção foram respondidas por grau de importância, também no limite de três opções para cada entrevistado. Conforme se pode visualizar no Gráfico 39, dentre as 123 respostas, destaca-se a venda à agroindústria, indicada como preponderante (com 84% dos respondentes), e a comercialização para cooperativas (60%). A comercialização para as agroindústrias está vinculada, sobretudo, à produção de leite e aves.

Gráfico 39: Principais formas de comercialização da produção (múltipla escolha)*

Principais estratégias de venda da produção(ordenar por importância: 1º, 2º e 3º)



Total de respostas: 123.

* Os valores percentuais da 2ª coluna, e respectivas representações gráficas, estão relacionados ao total de respondentes da questão: 51.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

Além das agroindústrias e cooperativas, há outras organizações associativas que possibilitam à ação comercial ganhos de escala proporcionais à capacidade de produção (normalmente pequena) de cada unidade produtiva. A busca dos consumidores por produtos coloniais comercializados diretamente pelos produtores é comum em contextos de proximidade com a produção rural (Figura 4). A baixa organização dos agricultores na comercialização de tais produtos é fator facilitador desse consumo.

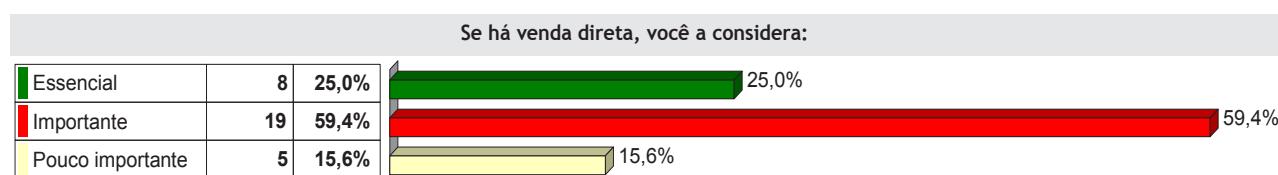


Figura 4: Hortaliças para comercialização de uma das famílias entrevistadas

Fonte: Arquivo da disciplina Vivência em Agricultura Familiar. Imagem registrada pelo estudante Théo Piucco Röcker.

Note-se que a venda da produção no próprio estabelecimento corresponde à realidade de 29% dos entrevistados. As vendas para atravessador correspondem a 35% das citações. As vendas em comércio local e entrega em domicílio foram citadas por 33% dos respondentes. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e o Programa Aquisição de Alimentos (PAA) foram citados por 4% dos respondentes, que afirmaram comercializar seus produtos por meio do mercado institucional. Quando observadas em conjunto, as formas de venda direta do produtor ao consumidor, ou os chamados circuitos curtos, que se caracterizam pela baixa presença de agentes intermediários nos processos de comercialização, têm uma importância considerável para o município. Dos 32 entrevistados que efetuam venda direta, 60% afirmaram que essa estratégia é importante para a unidade produtiva; 16% relataram que não há venda direta ou que ela é pouco importante e 25% acreditam que ela é essencial (Gráfico 40). Ressalte-se que tal percepção acerca da importância da venda direta da produção poderia ser mais aproveitada pelos agentes locais para qualificar estratégias de venda em circuitos curtos, visto que boa parte dos agricultores entrevistados não utiliza estes mecanismos para comercializar seus produtos.

Gráfico 40: Importância dada pelos agricultores que realizam venda direta

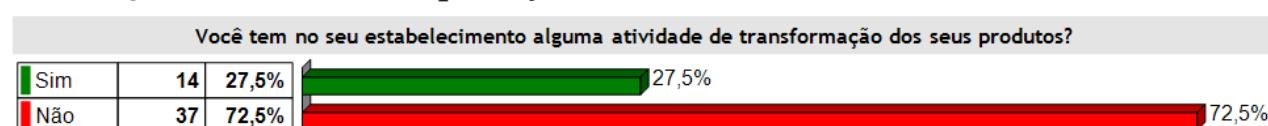


Total de respostas: 32.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

De um total de 51 famílias que responderam a esta questão (Gráfico 41), algumas (27%) beneficiam seus produtos, enquanto que a maioria (72%) não faz nenhum tipo de transformação.

Gráfico 41: Beneficiamento da produção



Total de respostas: 51.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

Alguns dos produtos beneficiados nas unidades produtivas de Ouro são subprodutos de leite, milho e carnes (Gráfico 42). Também são processadas geleias, doces, conservas e compotas, além de subprodutos da cana-de-açúcar, produtos de panificação, de vinhos e vinagres (Figura 5). Aqui se revela outro potencial da agricultura familiar local. Os produtos *coloniais* têm uma boa aceitação de parte dos consumidores, o que pode representar maior estímulo ao beneficiamento de produtos nas unidades produtivas.

Gráfico 42: Produto do beneficiamento da produção



Total de respostas: **28**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).



Figura 5: Beneficiamento de pepinos para produção de conserva em unidade produtiva em Ouro/SC

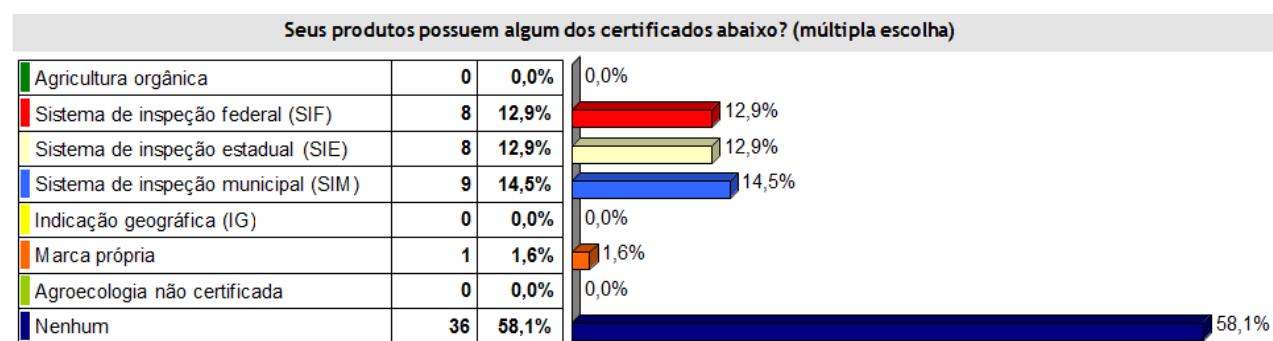
Fonte: Arquivo da disciplina Vivência em Agricultura Familiar. Imagem registrada pelo estudante Lucas Pacheco Fernandes.

Em relação à certificação da produção, também foi possível marcar mais de uma alternativa, resultando num total de 62 respostas (Gráfico 43). A maior parte dos entrevistados (58%) não emprega nenhum tipo de certificação, o que denota uma distância entre a produção local e as diversas formas de certificação de produto de qualidade superior. Dentre os que fizeram menção a alguma certificação, a “marca própria” foi indicada por um dos respondentes. As marcas do sistema de

inspeção municipal (SIM), o correspondente estadual SIE e o federal SIF registraram, respectivamente, 14%, 13% e 13%. Este fato pode estar associado à característica de produção animal, fortemente presente nos estabelecimentos dos entrevistados desta VAF, sendo marcante a produção de bovinos de leite e de corte, aves e suínos.

Nenhum dos entrevistados se referiu à “agricultura orgânica”, à “agroecologia não certificada” ou ao “sistema de indicação geográfica”, com o que aqui se faz menção a qualquer tipo de certificação de produtos orgânicos, como os efetuados pela Rede Ecovida de Agroecologia, Ecocert, IBD, dentre outros.

Gráfico 43: Sistema de certificação empregado pelo(a) entrevistado(a) (múltipla escolha)*



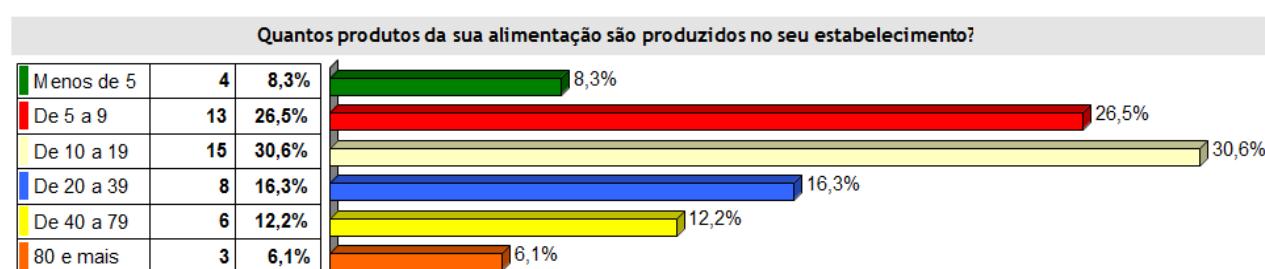
Total de respostas: **62**.

* Os valores percentuais da 2^a coluna, e respectivas representações gráficas, estão relacionados ao total de respondentes da questão: **51**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

Os três gráficos a seguir tratam das estratégias familiares em relação ao consumo de alimentos. O Gráfico 44 destaca que 65% dos entrevistados de Ouro consomem mais de dez tipos diferentes de alimentos produzidos pela família.

Gráfico 44: Quantidade de produtos produzidos no estabelecimento que são consumidos pela família



Total de respostas: **49**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

Estes dados evidenciam que a produção para autoabastecimento é relevante na maioria das unidades agrícolas: para 94%, é considerado importante; moderado, para apenas 6% dos

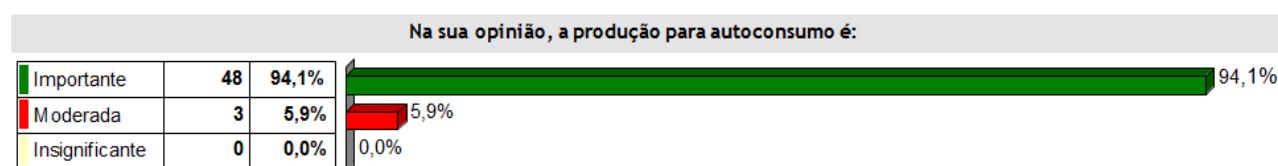
entrevistados; nenhum deles considerou o autoabastecimento insignificante (Gráfico 45). Este dado mostra uma das estratégias reprodutivas da agricultura familiar ligada à sua identidade e a seu modo de vida, que prefere adquirir do meio externo principalmente o que não produz na propriedade (Figura 6).



Figura 6: Produção de Hortaliças para autoabastecimento, município de Ouro/SC

Fonte: Arquivo da Disciplina Vivência em Agricultura Familiar. Imagem registrada pelo estudante Daniel Levino Persch Dias Flauzino.

Gráfico 45: Grau de importância da produção para autoabastecimento

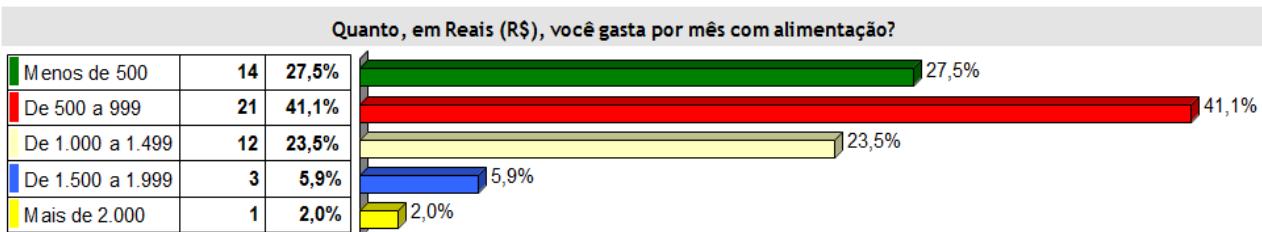


Total de respostas: 51.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

A maioria dos entrevistados (41%) declarou que gasta entre R\$ 500,00 e R\$ 999,00 mensais com alimentação; 27%, menos de R\$ 500,00; 23%, entre R\$ 1.000,00 e R\$ 1.499,00; 6%, entre R\$ 1.500,00 e R\$ 1.999,00; apenas 2% gastam acima de R\$ 2.000,00 (Gráfico 46).

Gráfico 46: Gasto mensal com alimentação



Total de respostas: 51.

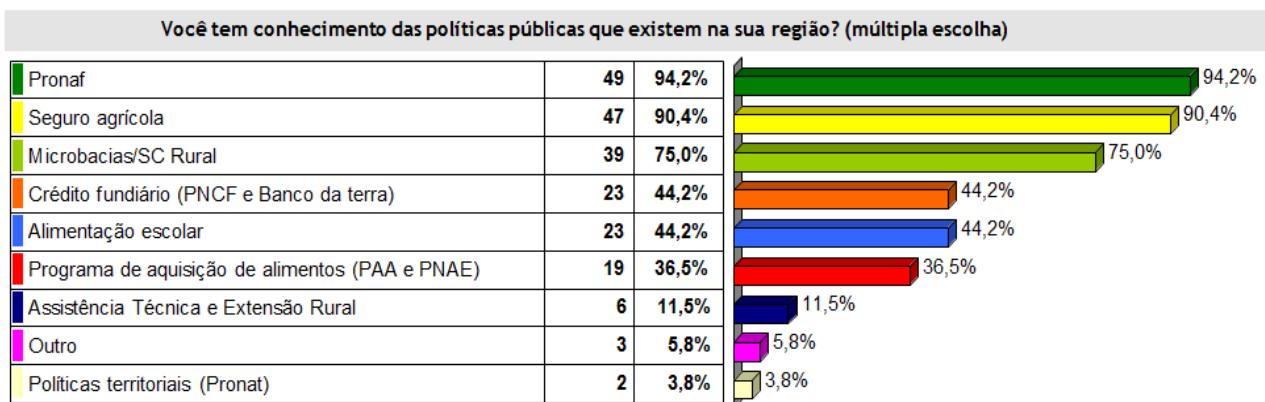
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

É importante que técnicos de extensão rural do município e gestores públicos atentem para a realidade do autoabastecimento, a fim de envolver as famílias de agricultores em trabalhos de segurança e soberania alimentar. Merece destaque, apesar da crescente mercantilização, modalidade para a qual as famílias rurais são pressionadas, o fato de haver no município de Ouro, assim como em outros municípios de Santa Catarina, um expressivo percentual das que preservam o autoabastecimento como estratégia de renda não monetária e garantia de qualidade alimentar.

3.5 Grau de Conhecimento e Acesso a Políticas Públicas

Como apresentado no Gráfico 47, de um total de 211 manifestações em relação ao conhecimento de políticas públicas, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) destaca-se com a citação de 94% dos entrevistados, seguido do Seguro Agrícola e do Microbacias/SC Rural, citados, respectivamente, por 90% e 75%, seguidos pelo Crédito Fundiário e pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), ambos lembrados por 44% dos entrevistados. Cabe salientar que, apesar do manifesto conhecimento do Pnae e do PAA, estes programas foram mencionados apenas por dois agricultores como suas principais formas de comercialização (Gráfico 39). As agências de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) foram mencionadas por 11% dos entrevistados. O menor percentual é o das Políticas Territoriais do Governo Federal, mencionada em 4% dos questionários, apesar de o município integrar a política de territórios rurais, coordenada pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário. À exceção das políticas territoriais e de Ater, as demais obtiveram percentuais expressivos, revelando que os agricultores possuem um bom grau de conhecimento dessas políticas na região. Quanto às políticas de Ater, o fato de terem sido mencionadas por apenas 11% pode significar que o termo Ater não foi entendido. Considerando que a Epagri é citada como uma das principais entidades de assistência técnica por quase 2/3 dos entrevistados, pode-se concluir que as políticas assistência técnica são reconhecidas como importantes, apesar de sua baixa citação nesta questão.

Gráfico 47: Conhecimento da existência de políticas públicas (múltipla escolha)*



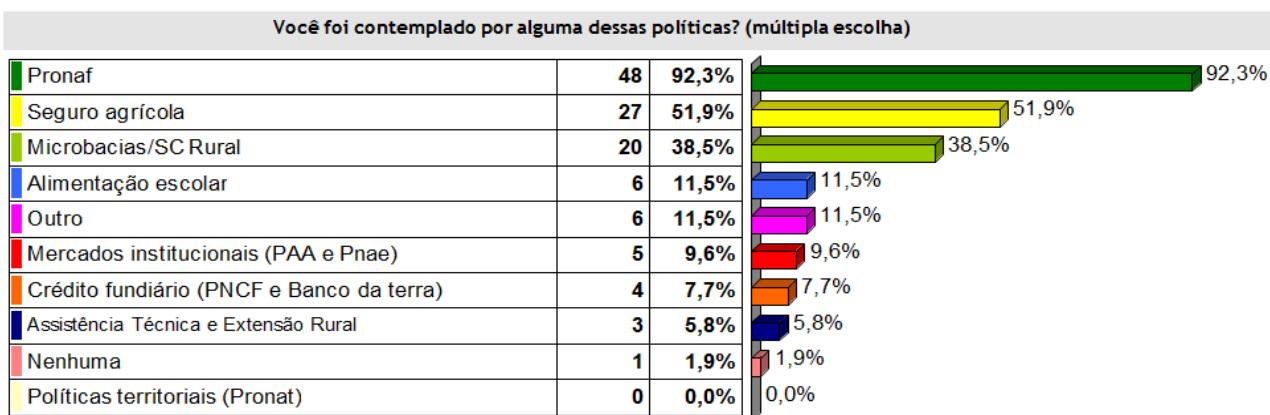
Total de respostas: **211**.

* Os valores percentuais da 2ª coluna e as respectivas representações gráficas estão relacionados ao total de respondentes da questão: **52**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

A grande maioria (98%) dos 51 entrevistados respondeu ter sido contemplada por alguma das políticas públicas destacadas anteriormente (Gráfico 48). No que se refere às políticas públicas a que os agricultores tiveram acesso, de um total de 120 respostas, o Pronaf (92%) e o Seguro Agrícola (52%) lideram o ranking, seguidas pelas políticas do Microbacias/SC Rural (38%), do Pnae e do PAA; somadas, as respostas representam 11% do total. Não é de se estranhar que o Pronaf, uma política pública diretamente relacionada aos créditos de custeio e de investimento, tenha o destaque verificado. O seguro agrícola, que atua como política complementar ao financiamento da produção, encontra-se bem consolidado no município. Entretanto, chama a atenção que, apesar de as referências ao PAA e ao Pnae entre as principais estratégias de venda pelos agricultores locais serem baixas (Gráfico 39), esses programas aparecem como políticas públicas a que os entrevistados tiveram acesso. Mesmo sendo programas novos e com características menos abrangentes que o crédito rural, podem ajudar a viabilizar a comercialização de produtos diversificados dos agricultores familiares. Todavia, neste município, eles são pouco expressivos junto à maioria das famílias entrevistadas se comparados aos de outras formas de comercialização. Vale lembrar que o público de agricultores entrevistados representa um conjunto de unidades de produção economicamente mais estruturado e que o PAA e o Pnae têm gerado novos espaços comerciais, especialmente para agricultores menos inseridos nos canais convencionais.

Gráfico 48: Número de entrevistados contemplados pelas políticas públicas existentes na região (múltipla escolha)*



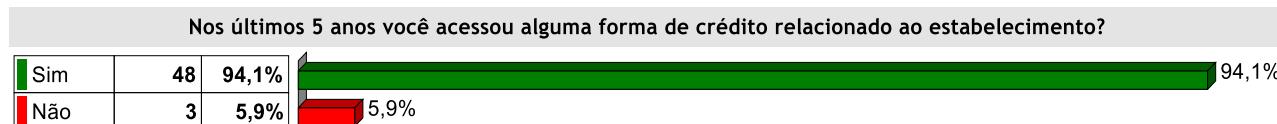
Total de respostas: **120**.

* Os valores percentuais da 2ª coluna e as respectivas representações gráficas estão relacionados ao total de respondentes da questão: **52**.

O crédito fundiário, por sua vez, apesar de relativamente bem conhecido, não é uma política abrangente entre o público entrevistado. O preço elevado e a pouca disponibilidade de terras agrícolas inexploradas na região, aliados à burocracia e à morosidade dos processos, podem explicar a baixa adesão. Certamente, a situação acaba tendo impacto negativo na permanência dos jovens que, embora desejem instalar-se como agricultores, não possuem terras para assumir essa empreitada. Além disso, espelha as dificuldades ainda existentes em se reestruturar a malha fundiária, mesmo em regiões com predominância de uma agricultura dinâmica e, do ponto de vista produtivo, bem organizada.

Com relação ao acesso ao crédito rural, 94% dos 51 agricultores informaram ter recorrido a esse tipo de política pública nos últimos cinco anos (Gráfico 49). Este quadro confirma a maior capilaridade obtida pelas políticas de financiamento rural na última década, especialmente em regiões de agricultura familiar economicamente dinâmica e com a presença de uma rede de bancos e cooperativas de crédito que operam o crédito rural.

Gráfico 49: Acesso a políticas de crédito rural nos últimos cinco anos



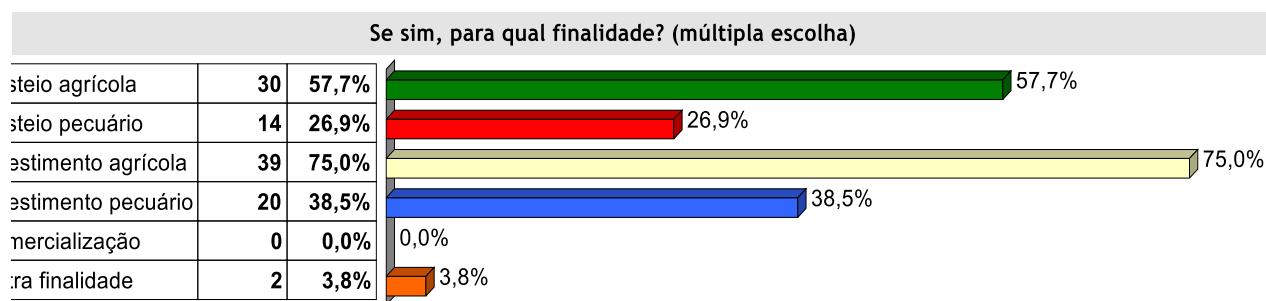
Total de respostas: **51**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

Sobre a finalidade do empréstimo obtido junto ao Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), também foi possível indicar mais de uma alternativa no questionário, o que gerou um total de 105 respostas. A maior parte dos agricultores (75%) empregou recursos do crédito no investimento

cola; 58%, em custeio agrícola; 27%, em custeio pecuário e 38%, em crédito para investimento em maiores. Nenhum deles utilizou o recurso com a finalidade de comercialização (Gráfico 50).

Gráfico 50: Finalidade do crédito rural obtido nos últimos cinco anos (múltipla escolha)*



de respostas: **105**.

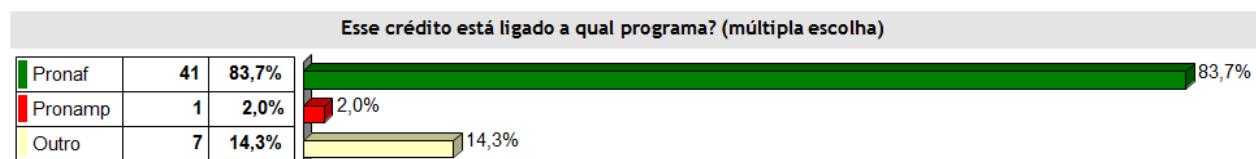
valores percentuais da 2ª coluna e as respectivas representações gráficas estão relacionados ao total de respondentes que testaram: **51**.

*: Dados coletados pelos estudantes (2016).

Chama a atenção o fato de que nos últimos anos nenhum agricultor tenha tido acesso a créditos destinados à comercialização. Duas ressalvas podem ser feitas a respeito desse desempenho nulo. Por uma das normas de acesso e das preferências dos agentes financeiros, os empréstimos oficiais destinados à comercialização são geralmente operados em grandes contratos. Desse modo, é possível que o agricultor familiar da região esteja sendo beneficiado de maneira indireta, isto é, via créditos dados por cooperativas ou empresas com as quais ele comercializa sua produção. Além disso, as verbas destinadas às compras do PAA e do Pnae não entram nos registros do Pronaf ou de outro programa de financiamento do SNCR. Para alguns agricultores, as verbas desses dois programas vêm substituindo os financiamentos do SNCR, que aceitam produtos agropecuários como forma de pagamento.

Do total de 49 agricultores que responderam ter tido acesso à política de crédito rural, 84% afirmaram que o fizeram por meio do Pronaf, enquanto que apenas 14% acessaram via Pronamp e 14%, por outro tipo de crédito (Gráfico 51). Isto evidencia a importância do Pronaf no atendimento das necessidades de agricultores de perfil semelhante ao dos que participaram da VAF. Conforme especificado na introdução deste estudo, esses agricultores figuram entre os que apresentam condições socioeconômicas mínimas para acolher os alunos, não representando, portanto, situações de pobreza. Nesse disso, é possível que o contingente beneficiado por outro tipo de financiamento rural (14%) tenha tido acesso a linhas de crédito destinadas a atividades específicas.

Gráfico 51: Fonte do crédito rural obtido nos últimos cinco anos



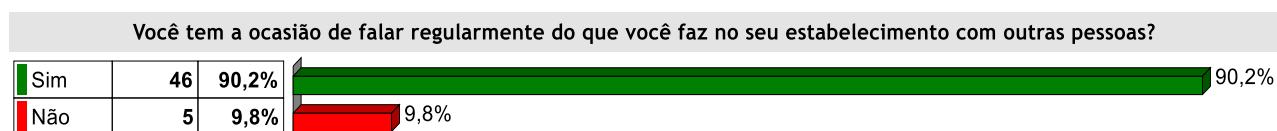
Total de respostas: 49.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

3.6 Relações Socioprofissionais, Ambientais e Perspectivas Futuras

Perguntou-se aos entrevistados se eles costumam falar com outras pessoas sobre suas atividades no estabelecimento, com o propósito de avaliar em que medida mantêm laços sociais com atores sociais que não integram a família nuclear. Dos 51 entrevistados, 90% afirmaram não se limitar ao círculo social da família e interagir com outros atores sociais da região (Gráfico 52).

Gráfico 52: Troca de ideias sobre ações realizadas no estabelecimento com outras pessoas

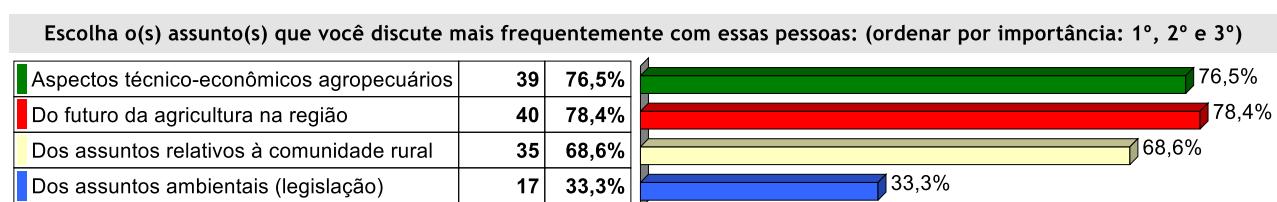


Total de respostas: 51.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

A questão foi complementada com a indagação acerca de quais assuntos conversam com essas pessoas. Para tal questionamento, três opções podiam ser listadas, o que resultou num total de 131 respostas. Segundo os entrevistados, os assuntos mais discutidos com outras pessoas são os relacionados ao futuro da agricultura na região (78%) e aos aspectos técnico-econômicos agropecuários (76%), seguidos de assuntos relativos à comunidade rural (67%) e às legislações ambientais (33%) (Gráfico 53).

Gráfico 53: Temas mais frequentes nas discussões com outras pessoas (múltipla escolha)*



Total de respostas: 131.

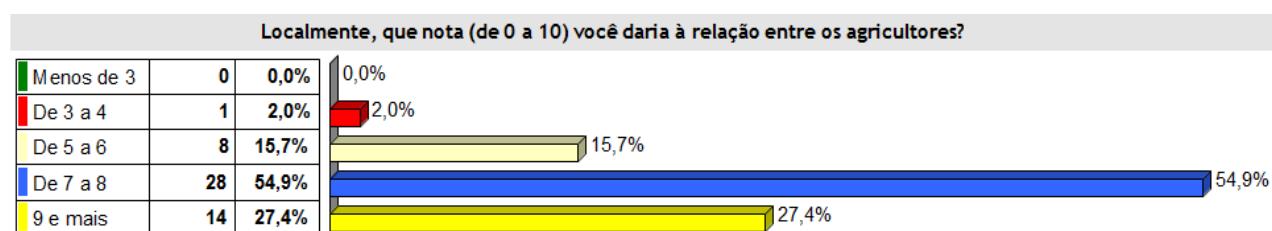
* Os valores percentuais da 2ª coluna e respectivas representações gráficas estão relacionados ao total de respondentes da questão: 51.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

Observa-se, assim, preocupação por parte dos agricultores sobre o futuro da agricultura e assuntos coletivos relativos à comunidade. É comum a troca de informações técnicas entre os agricultores familiares, o que resulta, muitas vezes, numa formação que alia conhecimento tradicional a técnicas mais especializadas, apreendidas junto aos vizinhos. Esta troca é viabilizada pela sociabilidade existente na região, a qual representa um traço característico da agricultura familiar. Conforme demonstrado anteriormente, acredita-se também que o grande número de organizações locais seja ao mesmo tempo um incentivo e um resultado destes processos de integração social entre comunidades.

O Gráfico 54 mostra a opinião dos entrevistados sobre sua relação com os demais agricultores. Foram estabelecidas categorias de satisfação a partir das notas conferidas pelos agricultores: péssima (menos de 3); ruim (de 3 a 4); regular (de 5 a 6); boa (de 7 a 8) e ótima (de 9 a 10). Para 27% dos entrevistados, a relação é ótima; para 55%, é boa; para 16%, é regular; 2% dos agricultores acham a relação ruim e nenhum deles a vê como péssima. Isto sugere haver uma correlação entre os laços de amizade das famílias de agricultores e a confiança necessária para trocas frequentes de informações. Este fator, aliado à propensão ao compartilhamento de dias de trabalho com outros agricultores, é um indicativo da presença de relações de reciprocidade. A elevada quantidade de organizações sociais presentes no meio rural de Ouro pode também ser associada à noção de capital social¹⁰, cuja existência está relacionada a formas de cooperação e generalização de mecanismos de reciprocidade e de laços de confiança. Esta pesquisa mostra que tais atributos estão presentes nas comunidades rurais do município.

Gráfico 54: Relacionamento entre os agricultores locais na opinião dos(as) entrevistados(as)



Total de respostas: 51.

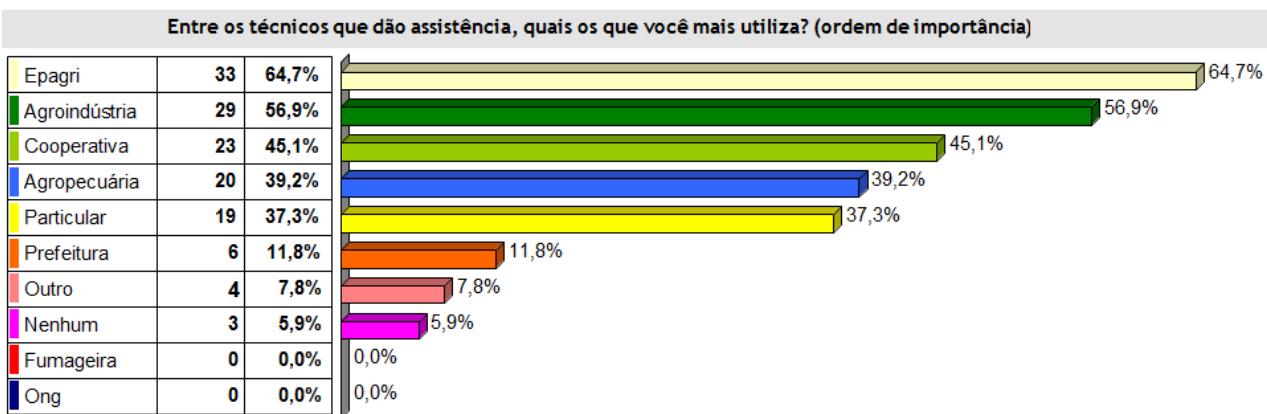
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

Sobre o tema da assistência técnica, os entrevistados foram convidados a elencar até três organizações que eles mais apreciam. De um total de 137 respostas, destacam-se cinco serviços técnicos: a Epagri foi mencionada por 65% dos entrevistados; a assistência da agroindústria foi citada por 57%, seguida pelas assistências de cooperativa (45%), agropecuária (39%) e particular (37%).

¹⁰ Capital social refere-se a normas que promovem as relações de confiança e reciprocidade entre os membros de uma sociedade, em determinado território, região ou comunidade (PUTNAM, 1996).

Também foi mencionada a assistência da prefeitura (12%); 6% dos entrevistados não citaram nenhum tipo de assistência técnica (Gráfico 55).

Gráfico 55: Serviços de assistência técnica mais referendados pelos(as) entrevistados(as) (múltipla escolha)*



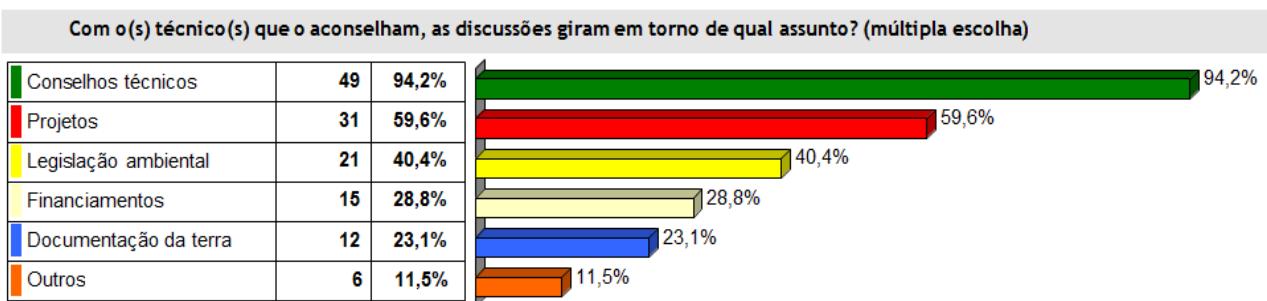
Total de respostas: 137.

* Os valores percentuais da 2^a coluna e respectivas representações gráficas estão relacionados ao total de respondentes da questão: 51.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

Em relação aos tipos de assunto que os entrevistados costumam conversar com os técnicos, os mais recorrentes referem-se a conselhos técnicos, representando 94% das respostas; auxílio na elaboração de projetos, com 60%; legislação ambiental, com 40%; assuntos relativos a documentação da terra, com 23%, e financiamentos, com 29% (Gráfico 56). Os assuntos referentes a legislação ambiental discutidos com os técnicos estão, atualmente, bastante relacionados à implantação do cadastro ambiental rural (CAR).

Gráfico 56: Tipos de assuntos conversados com os técnicos (múltipla escolha)*



Total de respostas: 134.

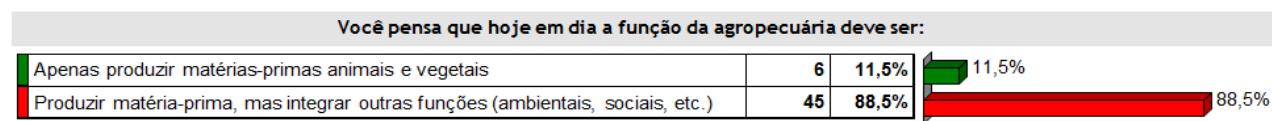
* Os valores percentuais da 2^a coluna, e respectivas representações gráficas, estão relacionados ao total de respondentes da questão: 52.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

Na opinião de 88% dos agricultores, a função da agropecuária deve ser tanto a de produzir matéria-prima, quanto a de integrar outras funções, tais como as de caráter ambiental e social (Gráfico

57). Esta questão permite observar que a maioria dos agricultores percebe a agricultura não apenas como uma atividade econômica, mas também como integrante de outras funções de caráter ambiental e social, destacando-se, neste sentido, a geração da ocupação do território rural e a manutenção de um tecido social ativo, como bem demonstra o tópico referente à participação das famílias de agricultores em diversas organizações locais. Nesse contexto, é possível afirmar que algumas políticas públicas teriam, certamente, maior respaldo entre estes agricultores se os compensassem com serviços ambientais e desonerassem, por redução de impostos ou outros mecanismos de compensação, a produção de alimentos para consumo humano e manutenção de um tecido social em territórios rurais.

Gráfico 57: Função da agropecuária na atualidade

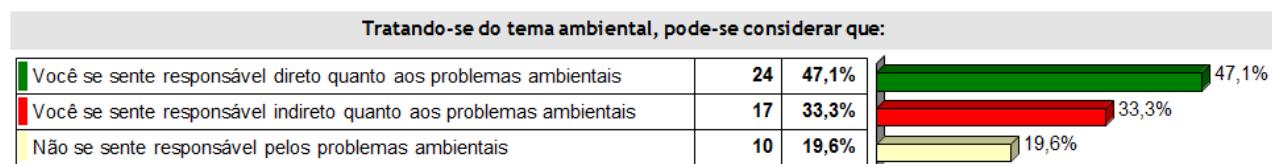


Total de respostas: 51.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

Quanto ao tema ambiental, 47% do total de 51 declararam sentir-se diretamente responsáveis pelos problemas ambientais; 33%, indiretamente responsáveis; 19% afirmam não ter responsabilidade nessa questão (Gráfico 58).

Gráfico 58: Percepções sobre a questão ambiental



Total de respostas: 51.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

Complementarmente, os agricultores foram indagados sobre como reagem a críticas ambientais direcionadas à agropecuária (Gráfico 59). A partir desta questão, de formato aberto, agruparam-se algumas das manifestações. Percebe-se que os agricultores entendem a função de suas unidades produtivas, mas também reagem negativamente às críticas ambientais que recebem, interpretando-as como injustas, principalmente nas sanções previstas pela legislação e pela fiscalização ambiental, avaliando que as exigências no meio urbano são menores que as aplicadas ao meio rural e que as exigências legais, em alguns casos, são inadequadas à realidade rural. Isto indica que os assuntos legais na área ambiental devem ser mais estudados e discutidos nas comunidades rurais, visando adequar as políticas públicas e as legislações à realidade rural, de forma a melhor articular a preservação da natureza com o desenvolvimento econômico do território.

Gráfico 59: Críticas ambientais dirigidas à agropecuária



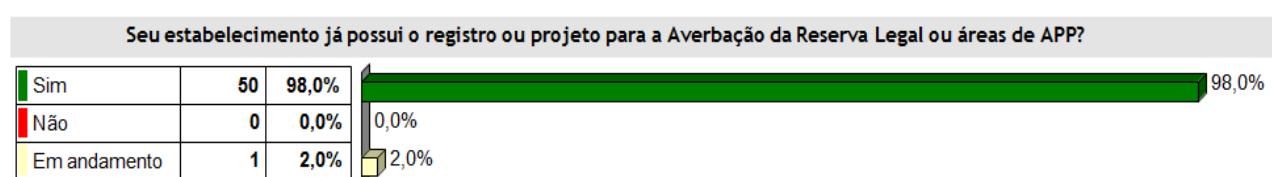
Total de respostas: 41.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

A maioria dos agricultores se sente responsável pelas questões ambientais. Boa parte deles acredita poder melhorar neste sentido, através de manejos mais sustentáveis. Conforme já haviam explicitado na pergunta do Gráfico 57, entendem também que, na agropecuária, o cuidado ambiental e a gestão das unidades produtivas fazem parte de um sistema integrado. Esta percepção é fator primordial para que tais agricultores assumam papéis mais proativos em ações de conservação e cuidados com os recursos naturais, e recebam orientações e incentivos legais e de políticas públicas.

A coleta de dados foi realizada no momento em que o cadastro ambiental rural (CAR) ainda não era um procedimento obrigatório para o público da agricultura familiar. As questões ligadas à legalidade ambiental ainda estavam numa situação de “transição jurídica”, sendo tratadas com base na legislação anterior e nas propostas do Novo Código Ambiental Brasileiro. Contudo, as respostas evidenciam que os procedimentos ambientais são eficazes junto à agricultura familiar da região. Em 98% dos estabelecimentos, havia registro ou projetos já encaminhados para averbação da reserva legal (RL) ou da área de preservação permanente (APP); num caso, esse processo já estava em andamento (Gráfico 60). Apesar dos dados positivos, salienta-se a importância da continuidade de ações voltadas à diminuição do percentual de estabelecimentos que ainda não estão adequados a outras exigências das normas ambientais.

Gráfico 60: Número de proprietários(as) com registro ou projetos para a averbação da RL ou APP

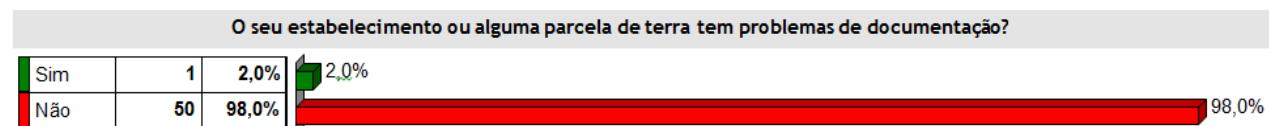


Total de respostas: 51.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

Sobre a existência de problemas relativos à documentação do estabelecimento, 98% dos entrevistados disseram que não têm problemas com a titulação da terra; apenas um entrevistado declarou ter dificuldade relativamente à partilha de herança, ainda não efetuada (Gráfico 61).

Gráfico 61: Problemas de documentação com o estabelecimento ou parcela de terra

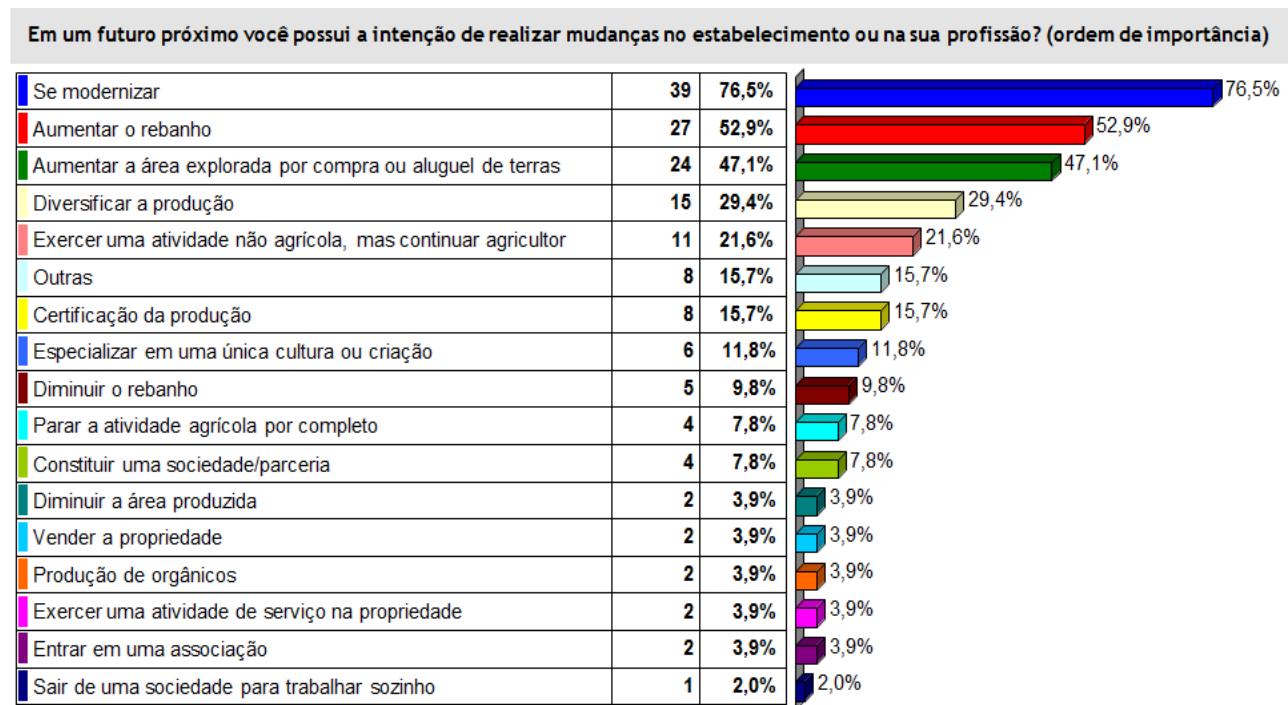


Total de respostas: 51.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

Com o intuito de conhecer as intenções dos agricultores em relação ao futuro do estabelecimento e, consequentemente, da sua profissão, foi prevista a possibilidade de se apontar até quatro alternativas. Do total de 162 respostas, 76% disseram querer se modernizar; 53%, têm a intenção de aumentar o rebanho; 47%, pretendem aumentar a área explorada por compra ou arrendamento de terras; 29%, buscam diversificar a produção; 22%, pretendem buscar uma atividade não agrícola, continuando como agricultores; 16%, têm a intenção de certificar a produção. Pode-se observar que a maioria das intenções está relacionada à melhoria da atividade agrícola e da unidade produtiva; porém, também é possível verificar haver fatores de dificuldade que desestimulam a permanência na agricultura. Esses entraves se refletem nas intenções de diminuir o rebanho (10%), de parar a atividade agrícola por completo (8%), de diminuir a área produzida (4%) e de vender a propriedade (4%). O fato de uma parte dos agricultores (21%) ter a intenção de permanecer na atividade, porém buscando um complemento não agrícola para a renda, demonstra que há vontade de permanecer na atividade e, consequentemente, no meio rural (Gráfico 62).

Gráfico 62: Desejo de mudanças no estabelecimento agrícola ou na profissão de agricultor(a) (múltipla escolha)*.



Total de respostas: 162.

* Os valores percentuais da 2ª coluna, e respectivas representações gráficas, estão relacionados ao total de respondentes da questão: 51.

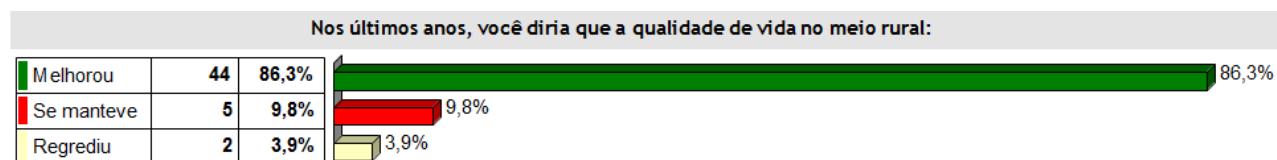
Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

Apesar da evidente preponderância da ideia genérica de “se modernizar” de grande parte dos entrevistados, chama a atenção o percentual dos que responderam ter interesse em diversificar as atividades. A diversificação é vista por muitos como avessa à noção de se modernizar, que, ao contrário, exigiria mais especialização. Observa-se uma aparente contradição junto ao que gostariam tanto de se modernizar como de diversificar sua produção. Sua percepção, porém, se interpreta como voltada a melhor racionalizar o processo produtivo, otimizando o uso dos fatores de produção, num maior leque de alternativas comerciais. Esta referência à diversificação pode estar ligada ao desejo de atender às necessidades locais de mercado (feiras, pequenas lojas, etc.), formas comerciais que demandam um leque maior de produtos para a venda.

No que concerne às condições de vida no campo, para 86% dos entrevistados a situação melhorou; 10% declararam que se mantiveram iguais nos últimos anos; apenas 4% disseram que viver no meio rural piorou (Gráfico 63). Este dado revela que os agricultores possuem opiniões condizentes com seu estilo de vida no contexto atual. São elementos que justificam a continuidade e o aprofundamento de políticas públicas voltadas à manutenção da população no campo e ao fortalecimento do desenvolvimento rural da região. O percentual dos que afirmam que a qualidade de

vida no meio rural melhorou indica uma percepção positiva sobre o atual modo de vida dos agricultores em relação ao passado e que o tema mereceria novas investigações, capazes de identificar os aspectos que exerceram maior influência nesta mudança.

Gráfico 63: Percepção sobre a vida no meio rural

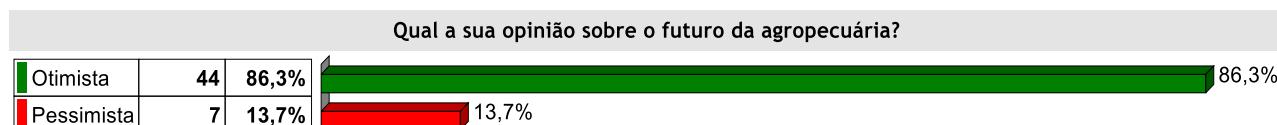


Total de respostas: 51.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

Sobre o futuro da atividade agropecuária, 86% dos entrevistados disseram estar otimistas; apenas 13%, pessimistas (Gráfico 64). Fica, mais uma vez, evidenciado que entre os agricultores entrevistados o exercício da profissão é visto de forma positiva. Quando indagados sobre o porquê das opiniões otimistas e pessimistas, boa parte dos agricultores (43%) acredita no aumento da demanda de alimentos para consumo e também acredita haver possibilidade de melhoria na tecnologia no campo. Os que opinaram estar pessimistas levantaram questões como falta de estrutura e investimentos no meio rural. Por outro lado, diante das mudanças recentes no país quanto à disponibilidade e ao acesso às políticas públicas – consideram-se aqui a extinção do MDA e a redução de políticas e de recursos públicos direcionados aos agricultores familiares –, será importante a realização de novos estudos sobre a percepção dos agricultores familiares quanto à qualidade de vida no meio rural,

Gráfico 64: Opinião sobre o futuro da agropecuária



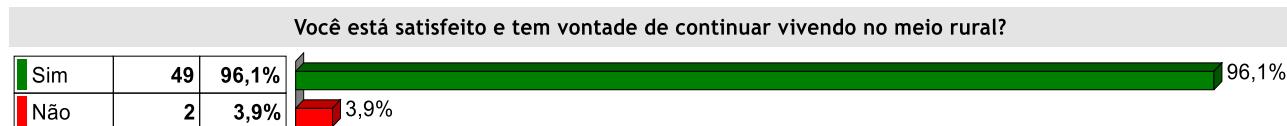
Total de respostas: 51.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

Quase todos os entrevistados que responderam sobre a satisfação e o desejo de continuar vivendo no meio rural disseram estar satisfeitos com a vida no campo e desejar continuar no meio rural (96%); apenas 2 entrevistados declararam não estar satisfeitos e não ter vontade de permanecer no meio rural (Gráfico 65). Cabe ressaltar que este resultado não pode ser estendido ou aplicado a todos os membros do grupo doméstico, especialmente ao segmento de jovens que não está sendo preparado para suceder na unidade produtiva, ou que não visualiza oportunidades de autonomia financeira e profissional. Sabe-se que no meio rural catarinense é comum os jovens estarem insatisfeitos com a sua condição de vida no campo e com as relações no convívio familiar, gerando aumento na procura por alternativas de emprego e renda nas cidades. Em muitos casos, esta situação

de descontentamento também se aplica às mulheres. Somente a realização de estudos específicos, porém, permite compreender mais profundamente como esta questão se conforma no município.

Gráfico 65: Satisfação e desejo de continuar vivendo no meio rural

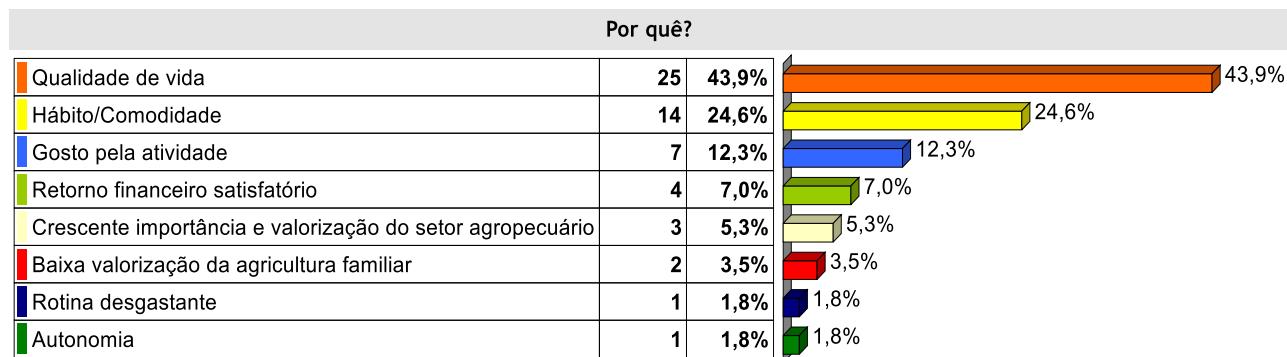


Total de respostas: **51**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

Complementarmente, os agricultores foram indagados sobre o porquê de quererem ou não continuar a viver no meio rural (Gráfico 66). Esta pergunta teve caráter “aberto” e, por este motivo, apresentou múltiplas respostas. Tais respostas reforçam que os agricultores se identificam com o meio rural e valorizam a qualidade de vida, o estilo de vida e o prazer de viver e de trabalhar nesses espaços.

Gráfico 66: Satisfação e desejo de continuar vivendo no meio rural

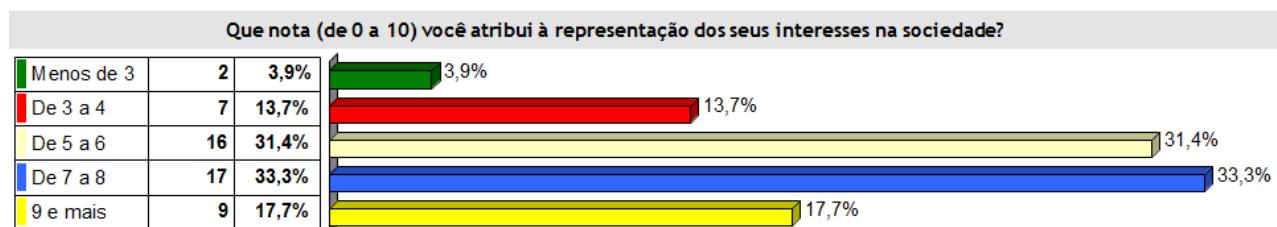


Total de respostas: **57**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

No Gráfico 67, foram estabelecidas categorias de satisfação quanto à representação dos interesses dos agricultores por meio de suas organizações, a partir de notas conferidas por eles, sendo: péssima (menos de 3); ruim (de 3 a 4); regular (de 5 a 6); boa (de 7 a 8) e ótima (de 9 a 10). Desta maneira, dentre os 51 respondentes no que tange à representação dos seus interesses na sociedade, 33% a classificam como boa, enquanto 31% a colocam como regular. Os agricultores que se sentem pessimamente ou mal representados somam 18%; apenas 18% se declaram otimamente representados. Considerando a diversidade de organizações, apresentada anteriormente, a qual os agricultores familiares estão vinculados, entende-se que os que avaliam estar mal representados sinalizem a necessidade de repensar as formas de trabalho das organizações em questão. Entretanto, as respostas podem estar se referindo a alguma organização em particular, sem que esta pesquisa consiga indicar especificamente qual delas. Esta é uma informação que o trabalho de campo não foi capaz de distinguir e que, devido à sua complexidade, também mereceria estudos específicos.

Gráfico 67: Representação dos interesses dos(as) agricultores(as) na sociedade

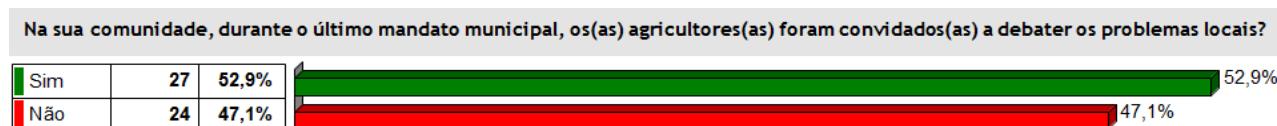


Total de respostas: **51**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

Por fim, em relação à participação social na discussão dos problemas locais junto à administração pública, 53% dos entrevistados disseram que durante o último mandato municipal foram convidados a debater os problemas da comunidade; 47% afirmaram o contrário, conforme pode ser visto no Gráfico 68. Observa-se, assim, que muitos agricultores não se sentem representados e inseridos nas discussões dos problemas locais. Considerando que a amostragem desta pesquisa pode contemplar uma parcela de estabelecimentos mais integrados às dinâmicas organizativas e políticas locais, e por isto foram indicados para receberem alunos da VAF, pode-se aventar o grau de satisfação em relação à participação e à representação. Levando-se em conta os interesses de toda a população rural do município, o grau de satisfação é menor do que os dados aqui apresentados.

Gráfico 68: Participação política dos(as) agricultores(as) na discussão dos problemas locais

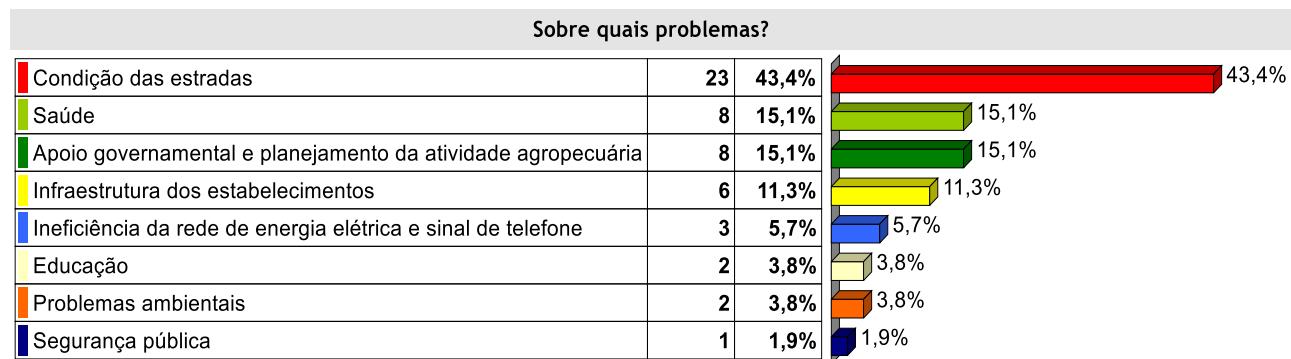


Total de respostas: **51**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

Complementarmente, no Gráfico 69, foram compiladas as principais queixas dos produtores. Pode-se, ali, observar que grande parte delas está relacionada a questões de acesso à UP e ao escoamento da produção (condição das estradas), à saúde, ao apoio governamental à atividade agropecuária, à infraestrutura dos estabelecimentos, à aquisição de máquinas e à construção de agroindústrias, à ineficiência da rede de energia elétrica e sinal de telefone no meio rural, além de questões ligadas à educação, como merenda e transporte escolar, problemas ambientais e de segurança pública.

Gráfico 69: Quais os problemas locais



Total de respostas: **53**.

Fonte: Dados coletados pelos estudantes (2016).

Os principais problemas elencados pelos agricultores podem servir como subsídio ao planejamento de políticas públicas locais, às ações dos órgãos que prestam assistência técnica e às entidades de representação política e sindical dos agricultores, de modo a qualificar as condições de produção e de vida no território rural de Ouro.

Referências

DEEPASK. Confira o Produto Interno Bruto - PIB no seu estado - Santa Catarina.
Disponível em: <<http://www.deepask.com/goes?page=santa-catarina-Confira-a-evolucao-do-PIB---Produto-Interno-Bruto---no-seu-estado>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

FECAM. Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável. 2016.
Disponível em:< <http://indicadores.fecam.org.br>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Ouro. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/ouro/panorama>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

_____. **Ouro. Censo demográfico 2010: sinopse.** 2010. Disponível em:
<<http://cod.ibge.gov.br/8NCA>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

_____. **Censo agropecuário 2006.** IBGE, 2006. Disponível em:
<<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006>> Acesso em:
marc. 2018.

_____. **Censo agropecuário 2017.** IBGE, 2017. Disponível em:
<<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>> Acesso em: 26
nov. 2018.

_____. **Produção da extração vegetal e da silvicultura - 2012.** Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil - 2013. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/ouro_sc>. Acesso em: 26 mar. 2018.

PUTNAM, Robert. Comunidade e democracia. A experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

WIKIPÉDIA, a encyclopédia libre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2015. **Ouro.** Disponível em:
<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Ouro_\(Santa_Catarina\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ouro_(Santa_Catarina))>. Acesso em: 26 mar. 2018.

Apêndice 1

Estudantes da Agronomia participantes da VAF

Alexandre Garcia Conceição	Isabella Rachadel Tridapalli
Andressa Barbosa Ferreira	Jeferson Guthieres Libano da Rosa
Antônio de Oliveira Vieira	Leonardo Campos Teatini Climaco
Ariel Felipe Tornquist Sartori	Lucas Pacheco Fernandes
Cícero Marcon Manetti	Lucas Ribeiro Guari
Clesio Henrique Cardoso	Luiza Varella
Daniel Levino Persch Dias Flauzino	Marcos Henrique Theodorovicz
Daniel Sasse Ulloa	Maria Julia Porfírio Ganzo
Dayane Fernanda Aguiar	Marina Correa Lopes
Débora Petermann	Matheus Cavalcanti Palermo
Diogo Alberto Gesser	Nágila Maria Jacinto
Diogo Oliveira Ambrosio	Rafael Rodrigues da Silva
Elizandra Raichert	Suelen Silva de Jesus
Ellen Blainski	Taise Antonio Couto
Fabio Junior Medeiros	Thaverton Cesar Londero
Fábio Ribeiro de Freitas	Théo Piucco Rocker
Felipe Selau Lentz	Viliano José Boing da Silva
Gabriel Davatz	Vinícius Gatti de Pinho
Gisele Tezza	Willyan Oliveira da Silva
Guilherme Rovaris Daufenbach	

Estudantes da Zootecnia participantes da VAF

Alexandra de Souza Tolentino Pamato

Jéssica Santos da Silva Liberato Maciel

Aline de Melo

João Paulo Monteiro da Silveira

Amanda Sofie Climaco Botelho

Mara Borges Piasson

Bianka Roxana

Onir Bratti

Celiza Hadassa Queiróz Nazario

Redson Joaquim Junior

Emilaine Ferreira dos Santos

Silvio Cesar Paladini Junior

Apêndice 2



Figura 7: Estudantes e famílias de agricultores da VAF em Ouro (2016.2)

Fonte: Arquivo da disciplina Vivência em Agricultura Familiar



A disciplina Vivência em Agricultura Familiar (VAF) integra a grade curricular obrigatória dos cursos de Agronomia e de Zootecnia do Centro de Ciências Agrárias da UFSC. Em ambos os cursos, a VAF é ministrada na 4^a fase, na transição entre os conteúdos básicos e os profissionais. Durante a disciplina, o graduando tem a oportunidade de permanecer três semanas na residência de uma família de agricultor, conhecendo de perto seu ambiente de vida e de trabalho para entender sua lógica de funcionamento e processo decisório.

O conteúdo programático da VAF foi concebido durante a revisão curricular do curso de Agronomia, ocorrida em 1991. O curso de Zootecnia, quando da sua criação em 2008, também definiu a disciplina como central na formação de seus profissionais. Desde a sua implantação pelos dois cursos até o ano de 2011, a disciplina VAF denominou-se Estágio de Vivência; posteriormente, passou a chamar-se Vivência em Agricultura Familiar. Essa iniciativa da UFSC representou uma originalidade, já que se tratava da primeira experiência em âmbito nacional. A criação dessa disciplina nesses cursos deveu-se à crescente presença de estudantes de origem urbana, com pouca relação com as realidades rurais. A VAF atende a esse novo perfil estudantil e possibilita uma aproximação da universidade com a sociedade. De um lado, municípios e agricultores familiares contribuem com a universidade pública para formar profissionais minimamente conhecedores da realidade da agricultura familiar catarinense, com toda a sua diversidade; de outro, a UFSC interage mais diretamente com as comunidades rurais, tornando-se parceira de seu desenvolvimento.

As publicações semestrais da série Retratos da Agricultura Familiar procuram discutir o perfil da agricultura familiar de municípios em que a VAF foi realizada, tendo por base as experiências e os questionamentos dos estudantes junto às famílias de agricultores com as quais eles conviveram durante 20 dias.

Apoio:



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA
Pró-Reitoria de Extensão
PROEX

CCAUFSC
centro de
ciências agrárias

Imprensa Universitária

